

e-book



MISES MEETING

**CRISTIANISMO, LIBERDADE
E ESCOLA AUSTRIACA**

**MISES
BRASIL**



INSTITUTO
LIBERTÁRIO
CRISTÃO

Ateu durante toda a vida, Murray Rothbard percebeu a importância vital que a religião desempenhou no desenvolvimento e na preservação de uma sociedade mais livre.

"Alguma religião será dominante em todas as sociedades", [escreveu](#) ele certa vez. "Se o Cristianismo, por exemplo, for desprezado e descartado, alguma forma horrenda de religião tomará seu lugar: seja o comunismo, o ocultismo da Nova Era, o feminismo ou o puritanismo de esquerda."

Rothbard não valorizava a religião apenas como um meio contemporâneo para atingir um fim político maior. Para ele, ela era o fundamento da liberdade. Leia o que ele [escreveu](#) ao seu amigo Justin Raimondo, em 1991:

Estou convencido de que não foi por acaso que a liberdade, o governo limitado, os direitos naturais e a economia de mercado só se desenvolveram realmente na civilização ocidental. Estou convencido de que a razão é a atitude desenvolvida pela Igreja Cristã em geral, e pela Igreja Católica em particular. Em contraste com o pensamento grego, onde a cidade-estado era o *locus* da virtude e da ação, o Cristianismo, com seu foco único no indivíduo criado à imagem de Deus e no mistério central da Encarnação — Deus criou Seu Filho como uma pessoa plenamente humana —, significa que cada indivíduo e sua salvação são de interesse divino central. A Igreja não estava vinculada a nenhum rei ou estado e, portanto, servia como um freio vital ao poder estatal. O conceito de tiranicídio e do direito à revolução foi desenvolvido por escolásticos católicos. Locke (e seus seguidores na Revolução Americana) foi um escolástico protestante, desenvolvendo e aprimorando a doutrina escolástica católica. Assim, embora eu não seja um crente, saúdo o Cristianismo, e especialmente o Catolicismo, como o alicerce da Liberdade. (E também da arte, da música e da arquitetura, mas esse é outro assunto.)

Nick Hankoff

Sumário

Apresentação	3
O livre mercado e a doutrina social católica	
Lew Rockwell.....	4
Juan de Mariana: a influência dos escolásticos espanhóis	
Jesús Huerta de Soto.....	10
Teologia do Novo Testamento sobre o Estado	
Norman Horn	21
A parábola dos talentos: a Bíblia, os empreendedores e a moralidade do lucro	
Robert Sirico	32
10 motivos por que o Cristianismo e o Libertarianismo são compatíveis	
Norman Horn	39
Religião e libertarianismo	
Walter Block	42
Não, Jesus não era socialista	
Lawrence Reed.....	46

Apresentação

O Instituto Mises Brasil Brasil e o Instituto Libertário Cristão organizam em parceria o [**II Mises Meeting 2025**](#), com o título: "Cristianismo, Liberdade e Escola Austríaca". No dia 17 de junho, nos reunimos na cidade de São Paulo para uma série de palestras ministradas por Sergio Alberich, presidente do Mises Brasil, e Paulo Ghedini, fundador e presidente do Instituto Libertário Cristão.

O evento marca uma grande oportunidade de discutir temas importantes para o público defensor das ideias da liberdade. Mais do que isso, o objetivo é rejeitar a suposta incompatibilidade entre o Cristianismo e o Libertarianismo, falsamente propagandeada por algumas correntes de pensamento, inclusive dentro do Liberalismo.

A Escola Austríaca, embora tenha sido fundada por Carl Menger apenas na segunda metade do século XIX, bebeu amplamente da fonte de conhecimento que por séculos foi nutrida na tradição cristã. Os assim chamados protoaustríacos avançaram ideias que se tornariam fundamentais para os pensadores austríacos.

Este ebook tem o objetivo de apresentar ao público do nosso II Mises Meeting 2025 uma reaproximação da Escola Austríaca de Economia com a tradição cristã, a partir de sete artigos selecionados dos sites do Instituto Mises Brasil e do Instituto Libertário Cristão.

Boa leitura!

O livre mercado e a doutrina social católica

Lew Rockwell

A morte do Papa Francisco destaca a preocupação de muitos católicos, inclusive eu. Podemos acreditar no livre mercado de forma consistente com nossa fé? Se aceitarmos as visões peronistas do falecido pontífice, obviamente não podemos fazê-lo. Mas, felizmente, existe uma opção melhor disponível para nós.

Claramente, Deus quer que tenhamos paz e prosperidade, que vivamos em uma "comunidade livre e próspera", como disse Ludwig von Mises. Mas a ciência da praxeologia nos ensina, por lógica irrefutável, que apenas o livre mercado nos permite evitar o caos econômico. Segue-se, portanto, que o livre mercado é ordenado por Deus. Essa linha de raciocínio é mais do que teórica. O grande economista de livre mercado do século XIX, Frédéric Bastiat, que era católico, argumentou exatamente dessa maneira.

Como observa [Claudio Restani](#):

"[L]iberdade... é um ato de fé em Deus e em Suas obras". É assim que o pensamento de Frédéric Bastiat conclui *A Lei*, sua obra mais famosa. Lendo seus vários escritos e panfletos, muitas vezes podemos notar uma menção recorrente a Deus, ou pelo menos a um Criador, e à moralidade que hoje chamamos de 'judaico-cristã' Como já apresentado, *A Lei* é uma obra muito importante de Bastiat, e aqui encontramos a profunda definição de liberdade mencionada acima, mas também encontramos outras declarações com fundo religioso. Voltando-se para as teorias coletivistas de Jean-Jacques Rousseau e seus discípulos, horrorizado, Bastiat comenta com um toque de ironia:

"Mas, oh! Escritores sublimes, dignem-se lembrar às vezes que esse barro, essa areia, esse estrume, do qual vocês estão dispendo de maneira tão arbitrária, são homens, seus iguais, seres inteligentes e livres como vocês, que receberam de Deus, como vocês, a faculdade de ver, de prever, de pensar e de julgar por si mesmos!"

Bastiat era um estudioso do direito natural. Para ele, cada indivíduo é dotado pelo seu Criador de direitos e faculdades que ninguém lhe pode tirar com justiça. Este é o mesmo caso de outra declaração famosa que ele escreveu em *A Lei*:

“A natureza, ou melhor, Deus, concedeu a cada um de nós o direito de defender sua pessoa, sua liberdade e sua propriedade, uma vez que esses são os três elementos constituintes ou preservadores da vida;”

Isso é o que é expresso em *A Lei* de Bastiat no que diz respeito à filosofia. É um pensamento filosófico iluminado por uma profunda fé cristã que vê cada indivíduo como imagem e semelhança do Senhor. No que diz respeito ao pensamento econômico, Bastiat expressa substancialmente a mesma lei natural, para explicá-la usamos suas próprias palavras tiradas das *Harmonias Econômicas* e da primeira edição dos *Sofismas Econômicos*:

“... o pensamento que colocou harmonia no movimento dos corpos celestes também foi capaz de inseri-lo nos mecanismos internos da sociedade... liberdade e interesse público podem ser reconciliados com justiça e paz; que todos esses grandes princípios seguem infinitos caminhos paralelos sem entrar em conflito uns com os outros por toda a eternidade;... [Isso] sabemos da bondade e sabedoria de Deus, conforme mostrado na sublime harmonia da criação física...”

Ele está convencido de que a harmonia que existe nas ciências naturais está presente também na sociedade e nas relações interpessoais, como uma obra maravilhosa de Deus. Novamente, na introdução de *Harmonias Econômicas*, ele escreve sobre a harmonia dos interesses individuais:

“Ela [a harmonia de interesses] é religiosa, pois nos assegura que não é apenas o mecanismo celestial, mas o mecanismo social que revela a sabedoria de Deus e declara Sua glória.”

Harmonias Econômicas, embora menos famoso que *A Lei*, é de longe sua obra mais importante. Aqui, a economia, a filosofia e a teologia se fundem e dão vida à melhor e completa expressão do pensamento de Bastiat. Em uma das últimas páginas, ele escreve:

“Prejudicar a liberdade do homem não é apenas feri-lo e degradá-lo; é mudar sua natureza; é (na medida e proporção em que tal opressão é exercida) torná-lo incapaz de melhorar; é para despojá-lo de sua semelhança com o Criador; é escurecer e amortecer em sua natureza nobre aquela centelha vital que brilhava lá desde o início.”

O fulcro do pensamento filosófico e econômico de Bastiat é precisamente a ideia de ordem espontânea, de harmonia natural colocada por Deus nas relações humanas por causa da inteligência e do livre arbítrio com os quais o Criador forneceu aos indivíduos.

Você pode objetar que, mesmo que esse argumento esteja correto, ele vai contra os ensinamentos oficiais da Igreja, conforme expressos em documentos papais. Certamente vai contra o que o Papa peronista ensinou, mas suas encíclicas não são doutrina infalível. Como o padre James Sadowsky, SJ, que era amigo de Murray Rothbard, apontou, a *Rerum Novarum* (1891) do Papa Leão XIII é a encíclica papal de maior autoridade escrita na era moderna sobre justiça social, e é favorável ao livre mercado:

O que chamo de doutrina social clássica é aquela que prevaleceu entre os pensadores católicos romanos desde a época da *Rerum Novarum* (1891) até meados do século XX. *Rerum Novarum* é o título do que é chamado de 'encíclica', uma carta papal dirigida aos bispos, que articula a posição de um papa sobre algum assunto importante para a Igreja Católica. Embora o que é estabelecido nas encíclicas possua grande autoridade, as encíclicas não possuem, em si mesmas, a força da doutrina. Em outras palavras, as posições podem mudar e mudam com o passar do tempo. No entanto, mais do que qualquer outro documento, a *Rerum Novarum* guiou o pensamento dos católicos romanos sobre questões socioeconômicas durante a primeira metade de nosso século.

A encíclica foi escrita em 1891. Leão XIII estava se esforçando para melhorar as condições de vida do trabalhador, e com razão. Aqui está o resumo do Papa Leão sobre o problema que ele achava que precisava de sua atenção:

"Depois que as guildas comerciais foram destruídas no século passado, e nenhuma proteção foi colocada em seu lugar, e quando as instituições públicas e as leis abandonaram o ensino religioso tradicional, gradualmente aconteceu que a era atual entregou os trabalhadores, cada um sozinho e indefeso, para a desumanidade dos empregadores e a ganância desenfreada dos concorrentes... e, além disso, todo o processo de produção, bem como o comércio de todo tipo de bens, foi colocado quase inteiramente sob o poder de poucos, de modo que muito poucos homens extremamente ricos colocaram um jugo quase de escravidão sobre as inúmeras massas de trabalhadores não proprietários".

Nenhum teólogo da libertação, nenhum socialista poderia ter apresentado uma acusação mais forte.

Mas se alguém espera que o papa proponha o remédio socialista como seu próprio, está caminhando para uma grande decepção:

"Para curar esse mal, os socialistas, excitando a inveja dos pobres em relação aos ricos, afirmam que é necessário acabar com a posse privada de bens e, em seu lugar, tornar os bens dos indivíduos comuns a todos, e que os homens que presidem um município ou que dirigem todo o Estado devem atuar como administradores desses bens. Eles sustentam que, por meio dessa transferência de bens privados de indivíduos privados para a comunidade, eles podem curar o mal presente dividindo riqueza e benefícios igualmente entre os cidadãos. Mas seu programa é tão inadequado para encerrar o conflito que na verdade prejudica os próprios trabalhadores. Além disso, é altamente injusto, porque viola os direitos dos proprietários legítimos, perverte as funções do Estado e lança os governos em total confusão. Se o trabalhador não pode usar seu salário para comprar propriedades, o que sob o socialismo ele não poderia fazer, seu direito de dispor de seu salário como bem entender é tirado dele".

Em outras palavras, o socialismo condena o trabalhador a permanecer para sempre sob o próprio sistema salarial que deplora,

"... na medida em que os socialistas procuram transferir os bens de pessoas privadas para a comunidade em geral, eles pioram a sorte de todos os assalariados, porque, ao abolir a liberdade de dispor de salários, eles tiram deles por esse mesmo ato a esperança e a oportunidade de aumentar sua propriedade e de garantir vantagens para si mesmos".

Ainda mais importante, um regime de propriedade privada é exigido pela própria natureza humana. Ao contrário dos animais, o homem deve planejar o futuro. Ele só pode fazê-lo se for capaz de possuir o fruto de seu trabalho de maneira permanente e estável.

Está no poder do homem, escreveu Leão,

"escolher as coisas que ele considera mais adequadas para beneficiá-lo não apenas no presente, mas também no futuro. Onde se segue que o domínio não só sobre os frutos da terra, mas também sobre a própria terra, deve

repousar no homem, pois ele vê que as coisas necessárias para o futuro lhe são fornecidas pelos produtos da terra. As necessidades de cada homem estão sujeitas, por assim dizer, a constantes recorrências, de modo que, satisfeitas hoje, fazem novas exigências amanhã. Portanto, a natureza necessariamente deu ao homem algo estável e perpetuamente duradouro com o qual ele pode contar para um apoio contínuo. Mas nada pode dar apoio contínuo desse tipo, exceto a terra com sua grande abundância".

A propriedade da terra pelo homem em geral significa apenas que Deus não atribuiu nenhuma parte particular da terra a nenhuma pessoa, mas deixou os limites das posses privadas para serem fixados pela indústria do homem e pelas instituições dos povos. Para usar a frase técnica, a propriedade no estado original era negativa e não positivamente comum: não possuída por ninguém, mas capaz de ser convertida em propriedade por qualquer pessoa. Como converter o sem dono em propriedade? Trabalhando no que até aquele momento não tinha dono. Ao fazer isso, "ele se apropria daquela parte da natureza física para si mesmo que cultivou". Ele estampa sua própria imagem no trabalho de suas mãos de tal forma que "ninguém de forma alguma deve ter permissão para violar esse direito".

Além disso, aqueles que negam ao indivíduo a propriedade do solo que cultiva, ao mesmo tempo em que lhe concedem o produto que resulta dessa atividade, esquecem que as modificações que o homem introduz no solo são inseparáveis dela. Um homem não pode possuir um sem possuir o outro. Em suma, aqui está a acusação de Leão ao socialismo:

"De todas essas conversas, percebe-se que o princípio fundamental do socialismo, que tornaria todas as posses propriedade pública, deve ser totalmente rejeitado porque prejudica aqueles que procura ajudar, viola os direitos naturais dos indivíduos e confunde as funções do Estado e da paz pública. Considere-se, portanto, como estabelecido que, ao buscar ajuda para as massas, esse princípio deve ser considerado básico antes de tudo, a saber, que a propriedade privada deve ser preservada inviolada".

Percorrendo a encíclica está o tema de que o direito natural do homem de possuir e transmitir propriedade por herança deve permanecer intacto e não pode ser retirado pelo Estado, "pois o homem precede o Estado" e "a família doméstica é antecedente, tanto na ideia quanto de fato, na reunião dos homens em uma comunidade". No máximo, o Estado poderia modificar o uso da

propriedade privada, mas nunca poderia tirar o direito básico à sua propriedade e exercício ordinário.

Vamos fazer tudo o que pudermos para promover o livre mercado. Essa é a melhor maneira pela qual os católicos podem aderir aos ensinamentos de nossa Igreja.

Este artigo foi originalmente publicado no [Mises Institute](#) e republicado no [Mises Brasil](#).

[Retornar ao sumário](#)

Juan de Mariana: a influência dos escolásticos espanhóis

Jesús Huerta de Soto

A pré-história da Escola Austríaca de economia pode ser encontrada nos trabalhos dos escolásticos espanhóis, escritos no período que ficou conhecido como "Século Dourado Espanhol", que vai de meados do século XVI até o fim do século XVII.¹

Quem eram esses intelectuais espanhóis precursores da Escola Austríaca de economia? A maioria deles eram escolásticos que lecionavam ética e teologia na Universidade de Salamanca, na medieval cidade espanhola que fica a 240 quilômetros a noroeste de Madrid, perto da fronteira entre Espanha e Portugal. Esses escolásticos, em sua maioria dominicanos e jesuítas, articularam a tradição subjetivista, dinâmica e libertária na qual, duzentos e cinquenta anos depois, [Carl Menger](#) e seus seguidores se basearam, dando-lhe grande importância.² Talvez o mais libertário de todos os escolásticos, particularmente em seus últimos trabalhos, tenha sido o padre jesuíta Juan de Mariana.

¹ Murray N. Rothbard desenvolveu essa tese em 1974, no ensaio intitulado "New Light on the Prehistory of the Austrian School", que ele apresentou em uma conferência em South Royalton, Vermont, e que marcou o início da notável reaparição da Escola Austríaca. O ensaio foi publicado dois anos depois em *The Foundations of Modern Austrian Economics*, de Edwin Dolan, ed. (Kansas City: Sheed e Ward, 1976), pp. 52-74. Anos depois, ele aprofundou essa tese em sua monumental obra *Economic Thought Before Adam Smith*, vol. 1, *An Austrian Perspective on the History of Economic Thought* (Cheltenham, U.K.: Edward Elgar, 1995), capítulo 4, "The Late Spanish Scholastics," pp. 97-133.

Rothbard não foi o único economista austríaco a mostrar as origens espanholas da Escola Austríaca. F.A. Hayek tinha o mesmo parecer, especialmente depois de ter conhecido Bruno Leoni, o grande estudioso italiano e autor de *Freedom and the Law* (Indianapolis, Ind.: Liberty Fund, 1991). Leoni conheceu Hayek nos anos 1950, e convenceu-o de que as raízes intelectuais do liberalismo econômico clássico eram européias e católicas, e deveriam ser procuradas na Europa Mediterrânea, e não na Escócia. Uma das melhores alunas de Hayek, Marjorie Grice-Hutchinson, se especializou em literatura espanhola e traduziu para o inglês os principais textos dos escolásticos espanhóis, formando uma obra que hoje é considerada um pequeno clássico, *The School of Salamanca: Readings in Spanish Monetary Theory, 1544-1605* (Oxford: Clarendon Press, 1952). Além desta, outra fonte excelente é *Economic Thought in Spain: Essays of Marjorie Grice-Hutchinson*, Laurence Moss e Christopher Ryan, eds. (Cheltenham, U.K.: Edward Elgar, 1993). Eu até tenho uma carta de Hayek, de 7 de janeiro de 1979, na qual ele me pede para ler o artigo de Murray Rothbard, "The Prehistory of the Austrian School", dizendo que ele e Grice-Hutchinson "demonstram que os princípios básicos da teoria dos mercados competitivos foram trabalhados pelos escolásticos espanhóis do século XVI, e que o liberalismo econômico não foi delineado pelos calvinistas, mas pelos jesuítas espanhóis". Hayek concluía sua carta dizendo que "eu posso lhe garantir, pelo meu conhecimento pessoal das fontes, que o argumento de Rothbard é muito forte".

² O trabalho mais atual sobre os escolásticos espanhóis é o livro de Alejandro Chafuen, *Christians for Freedom: Late Scholastic Economics* (San Francisco: Ignatius Press, 1986).

Mariana nasceu na cidade de Talavera de la Reina, perto de Toledo. Ele parece ter sido o filho ilegítimo de um cônego de Talavera, e aos dezesseis anos ele se juntou à Companhia de Jesus, que acabara de ser criada. Aos vinte e quatro, ele foi convocado para ir a Roma lecionar teologia, sendo depois transferido para a escola que os jesuítas tinham na Sicília, e de lá para a Universidade de Paris. Em 1574, ele retornou à Espanha, morando e estudando em Toledo até sua morte aos oitenta e sete anos.

Não obstante o Padre Mariana tenha escrito muitos livros, o primeiro a ter um conteúdo libertário foi *De rege et regis institutione (Sobre o rei e a instituição real)*, publicado em 1598, no qual ele fazia sua famosa defesa do tiranicídio. De acordo com Mariana, qualquer cidadão pode justificadamente matar um rei que crie impostos sem o consentimento das pessoas, confisque a propriedade dos indivíduos e a desperdice, ou impeça a reunião de um parlamento democrático.³ As doutrinas contidas neste livro foram aparentemente usadas para justificar o assassinato dos reis tiranos franceses Henrique III e Henrique IV, e o livro foi queimado em Paris pelo carrasco como resultado de um decreto publicado pelo Parlamento de Paris, em 4 de julho de 1610.⁴

Na Espanha, apesar de as autoridades nunca terem sido entusiastas dele, o livro foi respeitado. De fato, tudo o que Mariana fez foi pegar a ideia de que a lei natural é moralmente superior ao poderio do estado e levá-la à sua conclusão lógica. Essa ideia tinha previamente sido desenvolvida em detalhes pelo grande fundador do direito internacional, o dominicano Francisco de Vitoria (1485-1546), que foi quem começou a tradição escolástica espanhola de denunciar a conquista e particularmente a escravização dos índios pelos espanhóis no Novo Mundo.

³ Mariana descreve um tirano da seguinte maneira:

"Ele confisca a propriedade dos indivíduos e a desperdiça, impelido que está pelos vícios, indignos de um rei, da luxúria, avareza, crueldade e fraude. . . . Tiranos, na verdade, tentam prejudicar e arruinar a todos, mas eles dirigem seus ataques especialmente contra os ricos e os homens justos de todo o reinado. Eles consideram o bom mais suspeito do que o mal; e a virtude que lhes falta é a mais temível para eles. . . . Eles expulsam os homens de bem da comunidade sob o princípio de que o que quer que seja exaltado no reino deve ser escondido. . . . Eles exaurem todo o resto -- seja através da fabricação de controvérsias para que haja brigas intensas entre os cidadãos, seja através da extração diária de tributos, seja através da criação de guerras atrás de guerras -- para que eles não possam se unir contra o tirano. Eles fazem grandes construções às custas e ao sofrimento dos cidadãos. Assim nasceram as pirâmides do Egito. . . . O tirano necessariamente teme que aqueles a quem ele terroriza e mantém como escravos irão tentar derrubá-lo do poder. . . . Por isso, ele proíbe os cidadãos de se congregarem, de se encontrarem em assembléias e discutirem o conjunto da comunidade, tirando deles -- através do uso de alguma polícia secreta -- a oportunidade de se expressar livremente, de tal maneira que a eles não é permitido nem reclamar livremente".

Citado em Rothbard, *Economic Thought Before Adam Smith*, pp. 118-119.

⁴ Ver Juan de Mariana, *Discurso de las enfermedades de la Compañía* (Madrid: Don Gabriel Ramirez, 1768), p. 53, "Dissertation on the author, and the legitimacy of this discourse."

Mas talvez o mais importante livro de Mariana seja a obra publicada em 1605 com o título de *De monetae mutatione (Sobre a alteração da moeda)*.⁵ Nesse livro, Mariana começou a questionar se o rei era o dono da propriedade de seus vassallos ou cidadãos, e chegou à conclusão de que ele não era. O autor então fez sua distinção entre um rei e um tirano e concluiu que "o tirano é aquele que esmaga tudo que está sob seus pés e acredita que tudo lhe pertence; o rei restringe sua cobiça dentro dos termos da razão e da justiça".

Disso, Mariana deduziu que o rei não pode cobrar impostos sem o consentimento da população, posto que impostos são simplesmente uma apropriação de parte da riqueza de um indivíduo. Para que tal apropriação seja legítima, ambas as partes têm que estar de acordo. Da mesma maneira, o rei também não pode criar monopólios estatais, já que eles seriam simplesmente um meio disfarçado de se coletar impostos.

O rei também não pode - e essa é a parte mais importante do livro - obter receitas fiscais extras diminuindo o conteúdo metálico das moedas. Mariana percebeu que a redução do conteúdo de metais preciosos nas moedas, e o aumento do número de moedas em circulação, é claramente uma forma de inflação (apesar de ele não usar essa palavra, que era desconhecida à época), e que a inflação inevitavelmente leva a um aumento de preços porque "se a moeda sofre uma queda de seu valor legítimo, todos os bens encarecem inevitavelmente, na mesma proporção da queda do valor da moeda, e todas as contas entram em colapso".

Mariana descreve as sérias consequências econômicas às quais a adulteração e a manipulação por parte do governo no valor de mercado da moeda leva, da seguinte maneira:

"Somente um tolo iria tentar separar esses valores de tal maneira que o preço legítimo tivesse que diferir do preço natural. Insensato, mais ainda, perverso é o soberano que ordena que algo que as pessoas comuns valoram em, digamos, cinco deva ser vendido a dez. Os homens são guiados nessa questão pela estimativa comum encontrada nas considerações sobre a qualidade das coisas, e pela sua abundância e escassez. Seria inútil para um Príncipe tentar solapar esses princípios de comércio. É muito melhor deixá-los intactos ao invés de atacá-los a força em detrimento do povo."⁶

⁵ Farei citações por completo da última edição espanhola deste livro, que foi publicado com o título de *Tratado y discurso sobre la moneda de vellon*, com uma introdução feita por Lucas Beltran (Madri: Instituto de Estudios Fiscales, 1987).

⁶ Citado em Rothbard, *Economic Thought Before Adam Smith*, p. 120.

Devemos notar como Mariana se refere ao fato de que a "estimativa comum" dos homens é a origem do valor das coisas, seguindo assim a tradicional doutrina subjetivista dos escolásticos, que foi inicialmente proposta por Diego de Covarrubias y Leyva. Covarrubias (1512-577), o filho de um famoso arquiteto, se tornou bispo da cidade de Segovia e ministro do Rei Filipe II. Em 1554 ele demonstrou, melhor do que qualquer um já havia feito antes, a teoria subjetivista do valor, dizendo que "o valor de um artigo não depende de sua natureza essencial, mas da estimativa subjetiva dos homens, mesmo se essa estimativa for tola", ilustrando sua tese com o exemplo de que "nas Índias, o trigo é mais precioso do que na Espanha porque os homens o estimam mais favoravelmente, apesar de a natureza do trigo ser a mesma em ambos os lugares".⁷

A concepção subjetivista de Covarrubias foi completada por outro de seus contemporâneos escolásticos, Luis Saravia de la Calle, que foi o primeiro a demonstrar que os preços determinam os custos, e não vice-versa. Saravia de la Calle também tinha a distinção especial de escrever em espanhol, e não em latim. Sua obra se chamava *Instruccion de mercaderes (Instrução aos mercadores)*, e lá pode-se ler que:

"aqueles que mensuram o preço justo pelo trabalho, custos e riscos incorridos pela pessoa que lida com a mercadoria estão cometendo um grande erro. O preço justo não é encontrado pela contagem dos custos, mas pela estimativa comum".⁸

A concepção subjetivista iniciada por Covarrubias também permitiu que outros escolásticos espanhóis obtivessem um discernimento claro da verdadeira natureza dos preços de mercado, e da impossibilidade de se alcançar um equilíbrio econômico. Assim, o cardeal jesuíta Juan de Lugo, perguntando-se qual seria o preço de equilíbrio, já no ano 1643 chegou à conclusão de que o equilíbrio dependia de um número tão grande de circunstâncias específicas que apenas Deus seria capaz de sabê-lo ("*Pretium iustum mathematicum licet soli Deo notum*").⁹ Outro jesuíta, Juan de Salas, referindo-se às possibilidades de saber informações específicas do mercado, chegou à mesma conclusão hayekiana de que todo o mercado era tão complexo que "*quas exacte*

⁷ Diego de Covarrubias y Leyva, *Omnia Opera* (Veneza, 1604), vol. 2, cap. 4, p. 131.

⁸ Luis Saravia de la Calle, *Instruccion de mercaderes* (1544); republicado em *Coleccion de Joyas Bibliograficas* (Madri, 1949), p. 53. O livro de Saravia trata o empreendedor (em espanhol, mercaderes) de acordo com uma tradição católica europeia que pode ser rastreada até São Bernardino de Siena (1380-1444). Ver Rothbard, *Economic Thought Before Adam Smith*, pp. 81-85.

⁹ Juan de Lugo (1583-1660), *Disputationes de iustitia et iure* (Lyon, 1642), vol. 2, d. 26, s. 4, n. 40, p. 312.

comprehendere et ponderare Dei est non hominum" (somente Deus, e não o homem, pode entendê-lo exatamente).¹⁰

Ademais, os escolásticos espanhóis foram os primeiros a introduzir o conceito dinâmico de concorrência (em latim, *concurrentium*), que é melhor compreendido como um processo de rivalidade entre empresários. Por exemplo, Jeronimo Castillo de Bovadilla (1547-?) escreveu que "os preços irão cair como resultado da abundância, rivalidade (*emulacion*), e concorrência (*concurrentia*) entre os vendedores."¹¹

A mesma idéia é seguida de perto por Luis de Molina.¹² Covarrubias também antecipou muitas das conclusões do Padre Mariana em seu estudo empírico sobre a história da desvalorização da principal moeda daquela época, a Maravedi castelhana. Esse estudo continha uma compilação de um grande número de estatísticas sobre a evolução dos preços nos séculos anteriores e foi publicado em latim em seu livro *Veterum collatio numismatum* (Compilação das moedas antigas).¹³ Esse livro foi muito elogiado na Itália por Davanzaty e Galiani e foi também citado por Carl Menger em seu livro [*Princípios de Economia Política*](#).¹⁴

Também devemos notar como o Padre Mariana, ao explicar os efeitos da inflação, listou os elementos básicos da teoria quantitativa da moeda, que havia sido anteriormente explicada em detalhes completos por outro notável escolástico, Martin Azpilcueta Navarro (também conhecido como Dr. Navarro), que nasceu em Navarra (nordeste da Espanha, perto da França) em 1493. Azpilcueta viveu por noventa e quatro anos e é famoso principalmente por explicar, em 1556, a teoria quantitativa da moeda em seu livro *Resolutory Commentary on Exchanges*. Observando os efeitos sobre os preços espanhóis do maciço influxo de metais preciosos vindos da América para a Espanha, Azpilcueta declarou que:

¹⁰ Juan de Salas, *Commentarii in secundam secundae D. Thomae de contractibus* (Lyon, 1617), vol. 4, no. 6, p. 9.

¹¹ Jeronimo Castillo de Bovadilla, *Practica para corregidores* (Salamanca, 1585), vol. 2, cap.4, nº. 49. Ver também os importantes comentários sobre os escolásticos e seu conceito dinâmico da concorrência escritos por Oreste Popescu, *Estudios en la historia del pensamiento economico latinoamericano* (Buenos Aires: Plaza e Jans, 1987), pp. 141-159.

¹² J. Luis de Molina, *De iustitia et iure* (Cuenca, 1597), vol. 2, disp. 348, no. 4, e *La teoria del justo precio*, Francisco Gomez Camacho, ed. (Madri: Editora Nacional, 1981), p. 169. Raymond de Roover, ignorando o trabalho de Castillo de Bovadilla, reconhece como "Molina até mesmo introduz o conceito de concorrência ao declarar que a competição e a rivalidade entre compradores irão aumentar os preços". Veja seu artigo "Scholastic Economics: Survival and Lasting Influence from the Sixteenth Century to Adam Smith," *Quarterly Journal of Economics* 69, nº 2, (Maio de 1955): 169.

¹³ Incluído em Covarrubias, *Omnia Opera*, vol. 1, pp. 669-710.

¹⁴ Carl Menger, *Principles of Economics* (New York: New York University Press, 1981), p. 317.

"como pode ser observado por experiência própria, quando a França tem menos moeda que a Espanha, o pão, o vinho, as roupas, a mão-de-obra e os serviços custam muito menos; e mesmo na Espanha, quando havia menos moeda, as coisas que podiam ser vendidas, bem como a mão-de-obra e os serviços dos homens, eram oferecidas por bem menos do que após as Índias terem sido descobertas e terem enchido a Espanha de ouro e prata. O motivo disso é que a moeda vale mais onde e quando ela está em falta do que onde e quando ela está em abundância."¹⁵

Voltando ao Padre Mariana, torna-se claro que sua mais importante contribuição foi perceber que a inflação era um imposto que "taxa aqueles que tinham dinheiro antes e, como consequência, são forçados a comprar as coisas a um preço mais elevado". Além disso, Mariana argumentava que os efeitos da inflação não podem ser resolvidos fixando-se impostos ou preços máximos, dado que experiências já mostravam que essas ações sempre foram ineficazes. Além do mais, dado que a inflação é um imposto, segue-se da sua teoria sobre a tirania que seria necessário haver um consentimento das pessoas para essa ação. Mas, mesmo que tal consentimento existisse, a inflação iria sempre ser um imposto extremamente danoso e que iria desorganizar a vida econômica:

"esse novo tributo resultante de um metal desvalorizado, que é algo ilícito e maléfico se feito sem o consentimento do reino, ou mesmo que feito com esse consentimento, considero-o errôneo e nocivo em muitas maneiras."

Como se poderia evitar que se recorresse ao confortável recurso da inflação? Equilibrando-se o orçamento, sendo que para tal propósito Mariana basicamente propôs que se gastasse menos com a família real porque "uma quantia moderada, gasta corretamente, resplandece mais e apresenta uma maior grandiosidade do que uma quantia supérflua gasta sem critério".

Ademais, Mariana propôs que "o rei deveria reduzir seus favores"; em outras palavras, ele não deveria gratificar os reais ou supostos serviços de seus vassalos tão generosamente:

"não há reino no mundo com tantos prêmios, comissões, pensões, benefícios, e cargos; se eles todos fossem distribuídos de maneira ordeira, haveria uma necessidade menor de se retirar recursos adicionais do tesouro público ou de outros impostos".

¹⁵ Martin Azpilcueta Navarro, Comentario resolutorio de cambios (Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1965), pp. 74-75.

Como podemos ver, a falta de controle sobre o gasto público e a compra de apoio político através de subsídios data de muito tempo atrás. Mariana também propôs que "o rei deveria evitar empreendimentos e guerras desnecessários, arrancando os membros cancerosos que não podem ser curados". Em resumo, ele apresentou um programa completo para a redução do gasto público e para manter o equilíbrio orçamentário. Algo que, mesmo para hoje, serve de modelo.

É óbvio que se Padre Mariana conhecesse os mecanismos econômicos, criados pelos bancos, que levam ao processo de expansão do crédito, e se ele soubesse dos efeitos desse processo, ele os teria condenado como sendo roubo. Ele teria condenado não apenas a adulteração das moedas feita pelo governo, mas também a ainda mais nociva inflação creditícia criada pelos bancos. No entanto, outros escolásticos espanhóis foram capazes de analisar a expansão do crédito feita pelos bancos. Assim, de la Calle foi muito crítico do sistema bancário de reservas fracionárias. Ele afirmava que receber juros era incompatível com a natureza de um depósito à vista (em conta-corrente), e que, seja como for, uma taxa deveria ser paga ao banqueiro por manter o dinheiro sob sua custódia. Uma conclusão similar é feita pelo mais famoso Azpilcueta Navarro.¹⁶

Molina era simpático ao sistema bancário de reservas fracionárias e confundia a natureza de dois diferentes contratos, empréstimos e depósitos, os quais Azpilcueta e Saravia de la Calle claramente já haviam diferenciado um do outro, anteriormente. Um aspecto mais relevante é que Molina foi o primeiro teorista a descobrir, em 1597 (portanto, bem antes de Pennington em 1826), que os depósitos bancários são parte da oferta monetária. Ele até mesmo propôs o nome "*chirographis pecuniarium*" (dinheiro escrito) para se referir aos documentos escritos que eram aceitos no comércio como sendo dinheiro bancário.¹⁷ Portanto, os escolásticos se dividiam em duas escolas incipientes. A primeira é um tipo de "Escola da Moeda", composta por Saravia de la Calle, Azpilcueta Navarro e Tomas de Mercado, que eram muito desconfiados das atividades bancárias, as quais eles implicitamente exigiam que mantivessem uma reserva de cem por cento. A segunda era um tipo de "Escola Bancária", liderada pelo jesuíta Luis de Molina e Juan de Lugo, que eram bem mais tolerantes a um sistema bancário de reservas fracionárias.¹⁸ Ambos os

¹⁶ Ver Jesus Huerta de Soto, "New Light on the Prehistory of the Theory of Banking and the School of Salamanca," *Review of Austrian Economics* 9, nº. 2 (1996): 59-81.

¹⁷ Luis de Molina, *Tratado sobre los cambios*, introdução de Francisco Gomez Camacho (Madri: Instituto de Estudios Fiscales, 1990), p. 146. Ver também o memorando de James Pennington, de 13 de fevereiro de 1826, "On the Private Banking Establishments of the Metropolis," incluído como apêndice em Thomas Tooke, *A Letter to Lord Grenville; On the Effects Ascribed to the Resumption of Cash Payments on the Value of the Currency* (Londres: John Murray, 1826).

¹⁸ No entanto, de acordo com o Padre Bernard W. Dempsey, se os membros desse segundo grupo da Escola de Salamanca tivessem tido um conhecimento teórico detalhado do funcionamento e das

grupos foram até certo ponto os precursores do desenvolvimento teórico que só chegaria três séculos depois à Inglaterra como resultado do debate entre a Escola da Moeda e a Escola Bancária.

Murray Rothbard enfatiza quão importante foi outra contribuição dos escolásticos espanhóis, especialmente Azpilcueta, para ressuscitar o conceito vital de preferência temporal, originalmente desenvolvida por um dos mais brilhantes pupilos de Tomás de Aquino, Giles Lessines, que, já no ano 1285, escreveu "que os bens futuros não são valorados tão grandemente quanto os mesmos bens disponíveis para o imediato momento, nem permitem eles que seus donos atinjam a mesma utilidade. Por essa razão, e por uma questão de justiça, deve-se considerar que eles tenham um valor mais reduzido".¹⁹

Padre Mariana também escreveu outro importante livro, *Discurso de las enfermedades de la Compania* (Discurso sobre a enfermidade da ordem jesuíta), que foi publicado postumamente. Nesse livro, Mariana criticava a hierarquia militar estabelecida na ordem jesuíta, mas também desenvolveu o puro *insight* austríaco de que é impossível equipar o estado com um conteúdo coordenador por causa da falta de informação. Nas palavras de Mariana:

"poder e comando é loucura. (...) Roma está muito longe, o general nem sequer conhece as pessoas, os fatos, e todas as circunstâncias que os cercam, sobre as quais depende o sucesso. (...) É inevitável que muitos erros sérios serão cometidos e as pessoas com isso fiquem insatisfeitas e passem a desprezar um governo tão cego. (...) É um grande erro o cego querer guiar o de vista aguda".

Mariana conclui que, quando há muitas leis, "se todas elas não puderem ser mantidas ou conhecidas, o respeito por todas elas está perdido".²⁰

Sumarizando, o Padre Mariana e os escolásticos espanhóis foram capazes de desenvolver os elementos essenciais daquelas que seriam mais tarde as bases teóricas da Escola Austríaca de economia, especificamente as seguintes: primeira, a teoria subjetiva do valor (Diego de Covarrubias y Leyva); segunda, a relação adequada entre preços e custos (Luis Saravia de la Calle); terceira, a natureza dinâmica do mercado e a impossibilidade do modelo de equilíbrio (Juan de Lugo e Juan de Salas); quarta, o conceito dinâmico da concorrência

implicações de todo o processo econômico que é gerado pelo sistema bancário de reservas fracionárias, ele teria sido descrito como um sistema de usura institucional perverso, vasto e ilegítimo, até mesmo pelos próprios Molina, Lessius e Lugo. Ver Padre Bernard W. Dempsey, *Interest and Usury* (Washington, D.C.: American Council of Public Affairs, 1943), p. 210.

¹⁹ Idem, p. 214, n. 31.

²⁰ Mariana, *Discurso de las enfermedades de la Compania*, pp. 151-155, 216.

entendido como um processo de rivalidade entre vendedores (Castillo de Bovadilla e Luis de Molina); quinta, a redescoberta do princípio da preferência temporal (Martin Azpilcueta Navarro); sexta, a influência deturpadora do crescimento inflacionário da moeda sobre os preços (Juan de Mariana, Diego de Covarrubias, e Martin Azpilcueta Navarro); sétima, os efeitos econômicos negativos do sistema bancário de reservas fracionárias (Luis Saravia de la Calle e Martin Azpilcueta Navarro); oitava, depósitos bancários formam parte da oferta monetária (Luis de Molina e Juan de Lugo); nona, a impossibilidade de se organizar a sociedade através de comandos coercivos, devido à falta de informações (Juan de Mariana); e décima, a tradição libertária de que qualquer intervenção indevida no mercado por parte do estado é uma violação da lei natural (Juan de Mariana).

Para poder entender a influência dos escolásticos espanhóis no posterior desenvolvimento da Escola Austríaca de economia devemos nos lembrar que no século XVI o Imperador Carlos V, que era o Rei da Espanha, enviou seu irmão Fernando I para ser o Rei da Áustria. "Áustria" significa, etimologicamente, "parte oriental do Império", e o Império naquele tempo abrangia quase toda a Europa continental, com a única exceção da França, que permanecia uma ilha isolada cercada por forças espanholas. Então é fácil entender a origem da influência intelectual dos escolásticos espanhóis sobre a Escola Austríaca, o que não foi algo puramente coincidente ou um mero capricho da história, mas que se originou das íntimas relações históricas, políticas e culturais que passaram a existir entre a Espanha e a Áustria desde o século XVI em diante. Além disso, a Itália também teve um papel importante nessas relações, atuando como uma autêntica ponte cultural, econômica e financeira sobre a qual as relações entre os dois pontos mais distantes do Império na Europa (Espanha e Viena) fluíam. Portanto, há muitos argumentos importantes para defender a tese de que, pelo menos em suas raízes, a Escola Austríaca é realmente uma Escola Espanhola.

E de fato, podemos dizer que o maior mérito de Carl Menger foi ter redescoberto e abraçado essa tradição católica europeia do pensamento escolástico espanhol, que estava quase esquecido e havia sido interrompido como consequência da Lenda Negra²¹ contra a Espanha e devido a influência muito negativa sobre a história do pensamento econômico de Adam Smith e seus seguidores da Escola Britânica Clássica.²²

²¹ Estórias que descreviam a Espanha e os espanhóis como cruéis, intolerantes e fanáticos. Acredita-se que essa propaganda negativa foi influenciada por rivalidades nacionais e religiosas e estimuladas por historiadores protestantes e escritores anglo-saxões, que queriam descrever o período do imperialismo espanhol de maneira negativa. [N. do T]

²² Ver Leland B. Yeager, "Book Review," *Review of Austrian Economics* 9, nº. 1 (1996): 183, onde ele diz:

Felizmente, e apesar do opressivo imperialismo intelectual da Escola Britânica Clássica, a tradição da Europa continental nunca foi totalmente esquecida. Economistas como Cantillon, Turgot e Say mantiveram a tocha do subjetivismo acesa. Mesmo na Espanha, nos anos de decadência dos séculos XVIII e XIX, a velha tradição escolástica sobreviveu apesar do complexo de inferioridade perante o mundo intelectual britânico, coisa bem típica daqueles anos.

Prova disso é a maneira como um outro escritor católico espanhol resolveu o "paradoxo do valor" e claramente demonstrou a teoria da utilidade marginal vinte e sete anos antes de Carl Menger. Trata-se do catalão Jaime Balmes (1810-1848). Durante sua curta vida, ele se tornou o mais importante filósofo tomista espanhol de seu tempo. Em 1844, ele publicou um artigo intitulado "*True idea of value or thoughts on the origin, nature, and variety of prices*" ("A verdadeira idéia do valor, ou pensamentos sobre a origem, a natureza e a variedade de preços"), no qual ele resolveu o paradoxo do valor e claramente demonstrou a ideia da utilidade marginal. Balmes pensou, "Por que uma pedra preciosa vale mais do que um pedaço de pão?" E ele próprio respondeu:

"Não é difícil de explicar. Sendo o valor de um objeto a sua utilidade(...) se o número de unidades desse objeto aumenta, a necessidade por qualquer um deles em particular cai; por ser possível escolher dentre várias unidades, nenhuma delas é indispensável. Por essa razão há uma relação necessária entre o aumento ou a diminuição do valor, e a escassez ou abundância do objeto."²³

"Adam Smith fez algumas contribuições anteriores sobre o valor subjetivo, sobre o empreendedorismo e deu ênfase aos mercados do mundo real e à precificação. Mas depois trocou tudo por uma teoria do valor-trabalho e um foco predominante no longo prazo do "preço natural" de equilíbrio, um mundo onde se assumia que não havia empreendimentos. Ele misturou calvinismo com economia, como no seu apoio à proibição da usura e sua distinção entre ocupações produtivas e não-produtivas. Ele não herdou o *laissez-faire* de vários economistas italianos e franceses do século XVIII, introduzindo vários lugares-comuns e qualificações. Seu trabalho foi desordenado e infestado de contradições.

²³ Jaime Balmes, "Verdadera idea del valor o reflexiones sobre el origen, naturaleza y variedad de los precios," em *Obras Completas* (Madri: B.A.C., 1949), vol. 5, pp. 615-624. Balmes também descreveu a personalidade de Juan de Mariana com as seguintes palavras gráficas:

"A impressão geral que Mariana passa é única: um teólogo completo, um perfeito scholar em latim, um profundo conhecedor de grego e de línguas orientais, um brilhante homem das letras, um estimável economista, um político de grande presciência; isso é só sua cabeça; adicione a isso uma vida impecável, uma moralidade austera, um coração que não conhece a falsidade, incapaz da lisonja, que bate fortemente ao mero nome 'liberdade', como aquele dos ferozes republicanos da Grécia e de Roma; uma voz firme e intrépida, que se levanta contra todos os tipos de abuso, sem qualquer consideração pelo grande, sem estremecer quando se dirige a reis; e considere que tudo isso se ajuntou em um homem que mora em um pequeno cubículo dos jesuítas de Toledo, e você certamente encontrará um conjunto de virtudes e detalhes que raramente se coincidem em uma única pessoa."

Dessa maneira, Balmes pôde fechar o círculo da tradição continental europeia, que estava pronta para ser assumida, completada e otimizada alguns anos mais tarde por Carl Menger e seus seguidores da Escola Austríaca de economia.

Este artigo foi publicado originalmente no [Mises Institute](#) e republicado no [Mises Brasil](#).

[Retornar ao sumário](#)

Teologia do Novo Testamento sobre o Estado

Romanos 13, Dai a César e outros versículos da Bíblia sobre o governo

Norman Horn

Este artigo foi publicado originalmente no *LewRockwell.com* em setembro de 2007, com o título "Teologia do Novo Testamento sobre o Estado". Em abril de 2008, ganhou o prêmio de **Best New Paper Award** [o prêmio **Melhor Artigo Novo**] no **Christian Scholars Forum** na **University of Texas**, em **Austin**. Eu examino a natureza do Estado nos Evangelhos, focando nas Tentações de Cristo e na famosa passagem "Dai a César". Mais adiante no artigo, o foco muda para Romanos 13 e para a aplicação.

Dai a Cesar?

E outros versículos da Bíblia sobre o governo

Questões envolvendo a Igreja e o Estado continuam sendo fonte de muitos conflitos entre os cristãos hoje em dia, resultando em uma confusão gigantesca sobre o que de fato vem a ser uma teologia bíblica do Estado e que política pública ela acarreta. Essa confusão com frequência suscita respostas constrangedoras a indagações importantes no tocante à relação dos cristãos com o governo, tais como "Que tipo de governo um cristão deveria apoiar?", "Que política pública deveria ser obedecida?", ou "O que significa submissão ao governo?".

A maioria dos cristãos tenta dar uma justificativa bíblica à sua filosofia política usando, em certa medida, Romanos 13, quando o fazem. À primeira vista, essa parece ser uma solução aceitável – Paulo parece invocar uma submissão ao governo. Mas como reconciliamos essa passagem com o fato inegável de que indivíduos que agiam dentro dos conluios coercivos dos estados são os maiores culpados pelas ações criminosas e pela violência na história da humanidade?

Na Alemanha, durante as décadas de 1930 e 1940, por exemplo, os teólogos costumavam usar Romanos 13 a fim de estimular a submissão ao regime nazista, especialmente dado que tal regime foi eleito de maneira democrática. Mais recentemente, um membro do parlamento zimbabuano declarou que o corrupto ditador-presidente Robert Mugabe foi enviado por Deus e que "não deveria ser desafiado nas votações decisivas do ano seguinte". Certamente, essas são formas

inapropriadas de se usar as Escrituras; mas, em que medida nós, que vivemos nos Estados Unidos, que somos uma nação que costuma se declarar cristã, somos diferentes? Devemos simplesmente obedecer ao governo, porque assim diz a Bíblia, ou há mais em jogo?

É óbvio que a Igreja precisa de um critério melhor a fim de avaliar a natureza do Estado e as consequências para a política pública. Eu proponho começar esse processo de avaliação pela análise de algumas passagens do Novo Testamento que parecem tratar da relação dos cristãos com o governo civil, em especial a partir do que encontramos nos evangelhos e em Romanos 13.

Os Evangelhos e o Estado

Não podemos dar a César o que pertence a Deus

O primeiro passo na direção de desenvolver uma teologia bíblica do governo deve ser o exame dos ensinamentos de Jesus. O que Jesus disse e fez que nos ajuda a entender quais deveriam ser as nossas respostas ao governo? Geralmente aqueles que querem obter, a partir dos evangelhos, princípios bíblicos sobre o governo voltam-se para a famosa passagem “Dai a César”, evento registrado em todos os evangelhos sinóticos (Mateus 22: 15-22, Marcos 12: 13-17, Lucas 20: 20-26). É esse, entretanto, o único texto do evangelho que vale a pena ser discutido quando a questão envolve o governo civil? Na minha opinião, não. É igualmente possível obter informações importantes a respeito da natureza do Estado por meio das tentações de Jesus e de uma breve comparação entre o reino do homem e o Reino de Deus.

Começaremos com uma análise das passagens “Dai a César”, examinando inicialmente o texto de Mateus²⁴²⁵ 22: 15-22:

15 Então os fariseus saíram e começaram a planejar um meio de enredá-lo em suas próprias palavras. 16 Enviaram-lhe seus discípulos junto com os herodianos, que lhe disseram: “Mestre, sabemos que és íntegro e que ensinas o caminho de Deus conforme a verdade. Tu não te deixas influenciar por ninguém,

²⁴ A partir da comparação entre algumas traduções da Bíblia, e tendo em vista a acuracidade entre a versão usada pelo autor do texto no original em inglês, optamos pela tradução da Nova Versão Internacional.

²⁵ Alguns estudiosos não estão convencidos de que Romanos 13 esteja de fato se referindo ao governo civil. Mark Nanos argumentou que nessa passagem Paulo está falando a respeito da obrigação dos cristãos, especialmente dos cristãos gentios que se associaram às sinagogas judaicas de Roma, para “subordiná-los aos líderes das sinagogas e às regras de comportamento” tradicionais que haviam sido desenvolvidas nas sinagogas da Diáspora a fim de definir o comportamento apropriado para os “gentios justos” buscando associar-se com os judeus e o seu Deus (Nanos, 291).

porque não te prendes à aparência dos homens. 17 Dize-nos, pois: Qual é a tua opinião? É certo pagar imposto a César ou não?” 18 Mas Jesus, percebendo a má intenção deles, perguntou: “Hipócritas! Por que vocês estão me pondo à prova? 19 Mostrem-me a moeda usada para pagar o imposto”. Eles lhe mostraram um denário, 20 e ele lhes perguntou: “De quem é esta imagem e esta inscrição?” 21 “De César”, responderam eles. E ele lhes disse: “Então, deem a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. 22 Ao ouvirem isso, eles ficaram admirados; e, deixando-o, retiraram-se. (Mateus 22: 15-22, NVI)

Em Mateus, os fariseus enviaram alguns dos seus discípulos juntamente com herodianos até Jesus, no templo, a fim de “enredá-lo em suas próprias palavras”. O evangelho de Marcos diz que “eles enviaram alguns fariseus e herodianos a Jesus”, era muito provável que esses homens fossem chefes dos sacerdotes, mestre da lei e líderes religiosos (anciãos) mencionados em Marcos 11:27. Curiosamente, Lucas identifica os questionadores como “espiões” dos sacerdotes, dos mestres e dos anciãos. A identidade desses inquiridores não era trivial. De fato, os fariseus e os herodianos tinham diferenças categóricas nas suas filosofias. Os herodianos eram pró lei romana e usavam o poder romano para obter certos benefícios. Os fariseus, por outro lado, eram mais ambivalentes em relação aos romanos; os fariseus, no geral, tolerariam os romanos contanto que estes deixassem em paz as práticas religiosas judaicas. Entretanto, os fariseus e os herodianos acabaram se unindo devido à sua oposição conjunta a Jesus.

Em cada evangelho, a questão é introduzida de diferentes maneiras, mas a formulação da questão propriamente dita é sempre a mesma: “É lícito pagarmos impostos a César ou não?”. A pergunta é muito engenhosa. Os herodianos seriam a favor do pagamento do imposto a César, e, se Jesus respondesse negativamente, eles teriam motivos para prendê-lo por rebelião contra César. Por outro lado, os fariseus de modo geral não seriam favoráveis ao imposto (embora fossem obrigados a pagá-lo), e uma resposta afirmativa provavelmente faria Jesus perder seu apoio popular. Aliás, há uma sutileza legal na elaboração da pergunta quando ela é feita iniciando pela expressão “É lícito”, ou como em algumas traduções “É permitido”. Em suma, é como se os fariseus estivessem perguntando “Está em conformidade com a Torá (a lei judaica) pagar impostos a César ou não?”. Todos os presentes conheciam a Lei e as palavras de Levítico 25:23, “A terra [de Israel] não pode ser vendida de forma definitiva, porque a terra é minha”. A questão agora é mais complicada ainda, pois a Torá como um todo podia estar em risco. Uma vez que César estava tentando tomar a terra de Deus, não seria uma desobediência pagar o imposto?

Já que César está tentando tomar a terra de Deus, não é desobediência pagar o imposto?

Jesus percebeu a armadilha, é claro, e responde, por sua vez, usando uma estratégia astuciosa.

Ao pedir aos fariseus que mostrassem uma moeda, eles sem querer acabaram apresentando uma evidência que expunha a sua hipocrisia. Jesus perguntou-lhes de quem eram a imagem e a inscrição que estavam na moeda. Eles respondem, provavelmente de maneira relutante, "São de César". Mas eles, e as pessoas que também estavam presentes, perceberam o seu erro, pois as inscrições nessas moedas sempre diziam, "Tibério César, Augusto, filho de Augusto deificado, sumo sacerdote". Os fariseus, aqueles líderes que pretendiam salvaguardar a lei de Deus, haviam trazido para dentro do *templo* um item que efetivamente quebrava o segundo mandamento, não possuir imagens gravadas, manifestando que, nos seus corações, eles haviam também quebrado o primeiro mandamento. Eles, não Jesus, eram os hipócritas. Eles são os que aderiram ao sistema pagão romano. Na avaliação do comentarista Thomas Long, a resposta de Jesus implicava "Todos devem decidir entre César e Deus. Ninguém pode servir a dois senhores (Mateus 6:24). Vocês parecem ter tomado a sua decisão, criado seu compromisso de conveniência. Mas e quanto à sua obrigação para com Deus? Entreguem a Deus o que pertence a Deus. Escolham neste dia a quem vocês irão servir" (p. 251).

Se essa interpretação estiver correta, então não há, de fato, nenhuma diretriz estabelecida aqui para resolver questões entre igreja e estado. As práticas do estado não são legitimadas aqui de forma alguma. Pelo contrário, Jesus diz que qualquer esquema de divisão na vida que criamos deve ser derrubado, e desencoraja o nacionalismo ou o chauvinismo como prática legítima da igreja. Podemos viver sob um estado, mas pertencemos inteiramente ao Deus que está acima de todos os estados. Devemos sempre dar a Deus o que é de Deus.

Dai a César? O que as tentações de Jesus podem nos dizer

Um indício interessante a respeito da natureza do Estado pode ser visto nas tentações de Jesus (Mateus 4:1-11; Lucas 4:1-13), aspecto sobre o qual poucos comentaristas se debruçaram. Em Mateus, a terceira tentação de Cristo refere-se aos "reinos do mundo e seu esplendor", os quais Satanás pode dar a Jesus se ele o adorar. Estranhamente, mesmo que Satanás seja considerado "o Príncipe [dominador] deste mundo (João 12:31, 14:30, 16:11), nós com frequência não consideramos seriamente o significado da oferta de Satanás. Eu acho que o Diabo estava sendo muito sincero na sua oferta; Jesus não a

desconsiderou como impossível. Jesus parece aceitar que os reinos deste mundo de fato pertencem ao Diabo, e nós não devemos pensar de outra forma.

Logicamente, isso quer dizer que os reinos deste mundo estão em inimizade com Deus. Na verdade; em vários lugares, as Escrituras dão testemunho disso direta e indiretamente. O Velho Testamento veementemente assinala que as religiões pagãs, com frequência encorajadas pelo Diabo através das suas práticas de feitiçaria e bruxaria, estavam intimamente ligadas a alguma liderança política da nação. G. K. Chesterton concorda com essa avaliação e traz evidências históricas no seu livro ***O Homem Eterno***. Herodes percebe claramente que o Menino Jesus bebê é uma ameaça ao seu poder, e, portanto, ordena a matança de centenas, senão de milhares de crianças em uma tentativa de dar um fim a essa possibilidade (Mateus 2). Além disso, a temática da Babilônia como um Estado demoníaco sob a influência do Diabo permeia todo o livro do Apocalipse. No capítulo 18:4 do livro, Deus exorta sua Igreja "saia dela [Babilônia], povo meu, para que vocês não participem dos seus pecados, para que vocês não recebam qualquer uma das suas pragas".

Os dois reinos dos quais os cristãos precisam estar cientes

Para fins deste debate, é ilustrativa uma breve discussão sobre as diferenças entre o reino dos homens e o Reino de Deus. Um dos temas recorrentes nos evangelhos, especialmente em Mateus, é o de Jesus ser um rei trazendo o Reino de Deus. Mas Jesus explicitamente diz, "Meu reino não é deste mundo... meu reino não é daqui" (João 18:36). As "regras do reino" como explicadas no Sermão do Monte são diferentes de quaisquer leis de Estado que alguma vez tenham existido. Além do mais, não é tarefa do cristão usar força física para trazer seu [de Deus] reino, pelo contrário, é tarefa dele "buscar em primeiro lugar o seu reino e sua justiça" (Mateus 6:33). Os reinos do homem estão fundados sobre poder e violência, mas o Reino de Deus está fundado sobre a humildade (Mateus 18:4), o serviço (Mateus 20:26) e o amor (João 13:35). Ao mesmo tempo em que não podemos estar amarrados aos Estados neste mundo, somos lembrados mais uma vez que "a nossa cidadania está no céu" (Filipenses 3:20).

Em resumo, os ensinamentos diretos de Jesus sobre governo civil são virtualmente não existentes, mas os evangelhos fazem fortes implicações sobre a natureza do Estado que podem nos surpreender. O Estado parece ter uma forte conexão com o Diabo e seu reino e está em antítese com o Reino de Deus, que empurra para longe o uso de poder para ganho pessoal.

Os Ensinamentos de Paulo sobre o Estado

Romanos 13, Tito 3, 1 Timóteo 2, 1 Pedro

Embora nos evangelhos sejamos fortemente compelidos a desenvolver uma teologia detalhada sobre como os cristãos devem interagir com o Estado, são as epístolas de Paulo e de Pedro que abordam mais a fundo essas questões. Romanos 13:1-7 é a exposição mais clara sobre governo civil, mas outros trechos significativos das Escrituras incluem Tito 3:1-3, 1 Timóteo 2:1-3 e 1 Pedro 2: 11-17. Contudo, para sermos breves, apenas Romanos 13 será examinado em detalhes. A análise que se segue beneficiou-se muito dos trabalhos do Dr. John Cobin, em especial de seus livros ***Bible and Government e Christian Theology of Public Policy***, os quais, na minha opinião, oferecem a melhor e mais detalhada proposta para integrar essa passagem a um entendimento consistente de uma teologia de política pública.

Paulo era um cidadão romano de nascimento e até mesmo chegou a valer-se da sua cidadania a seu favor em uma ocasião em Atos 22 e 23. Ainda assim, era um “hebreu de hebreus” e um fariseu no que diz respeito à lei de Deus (Filipenses 3:5). Consequentemente, pode-se esperar que ele, como os fariseus nos evangelhos, tivesse um certo ressentimento em relação aos romanos devido ao governo deles sobre a terra de Israel. No entanto, em Romanos 13, Paulo parece ter uma atitude bastante positiva a respeito do governo romano. Uma compreensão “mais literal” do texto pode levar alguém a acreditar que o Estado é uma força muito benéfica na sociedade e talvez até mesmo uma instituição divinamente ordenada da mesma forma que são divinamente ordenadas a família e a igreja.

Romanos 13 e a necessidade de nuance

Eu não acho, entretanto, que essa forma de interpretação esteja assegurada. Admoestações apostólicas no que tange ao governo civil não podem ser facilmente reconciliadas com uma leitura casual e simplificada dos textos do Novo Testamento. Do contrário, você concluiria que os apóstolos ou estavam errados, falando de dentro de um contexto cultural irrelevante, ou eram desequilibrados. Quando se considera o contexto histórico real de Romanos 13, ao invés de derivá-lo a partir das Escrituras como ideias puramente abstratas, emerge uma leitura surpreendente.

Para ilustrar isso, como a interpretação mudaria se alguém substituísse as palavras “autoridades governantes”, “governantes” e os pronomes pessoais pelos nomes do imperador e dos reis daquela época, a saber, Nero, Herodes ou Agripa? O texto seria lido da seguinte forma:

1 Todos devem sujeitar-se a Nero e Herodes, pois não há autoridade que não venha de Deus; Nero e Herodes foram por ele estabelecidos. 2 Portanto, aquele que se rebela contra Nero e Herodes está se colocando contra o que Deus instituiu, e aqueles que assim procedem trazem condenação sobre si mesmos. 3 Pois Nero e Herodes não devem ser temidos, a não ser pelos que praticam o mal. Você quer viver livre do medo de Nero e Herodes? Pratique o bem, e Nero e Herodes o enaltecerá. 4 Pois Nero e Herodes são servos de Deus para o seu bem. Mas se você praticar o mal, tenha medo, pois Nero e Herodes não portam a espada sem motivo. Nero e Herodes são servos de Deus, agentes da justiça para punir quem pratica o mal. 5 Portanto, é necessário que sejamos submissos a Nero e Herodes, não apenas por causa da possibilidade de uma punição, mas também por questão de consciência. 6 É por isso também que vocês pagam imposto, pois Nero e Herodes estão a serviço de Deus, sempre dedicados a esse trabalho. 7 Deem a cada um o que é devido a Nero e Herodes: se imposto, imposto; se tributo, tributo; se temor, temor; se honra, honra. (Romanos 13:1-7, NVI)

Como os cristãos de hoje devem interpretar esse trecho sabendo que Nero estava no poder no momento em que Paulo escreveu? Como podemos resolver o problema de saber que Nero matou pessoas boas, a saber, cristãos, quando a passagem claramente diz que o governo civil recompensa e elogia aqueles que fazem o bem?

“Dai a César” não é uma regra geral quando contradiz outros versículos da Bíblia

Claramente, o problema da interpretação não é resolvido com uma máxima imutável tão simples quanto “façam o que o governo diz”. Mas o Velho e o Novo Testamento, em múltiplas ocasiões, manifestam que isso não é certo ou verdadeiro. Alguns exemplos incluem:

- Os hebreus desafiando os decretos do faraó para matar seus recém-nascidos (Êxodo 1)
- Raabe mentindo ao rei de Jericó sobre os espias hebreus (Josué 2)
- Eúde enganando os auxiliares do rei e assassinando o rei (Juízes 3)
- Daniel, Sadraque, Mesaque e Abde-Nego recusando-se a cumprir os decretos do rei e foram milagrosamente salvos duas vezes (Daniel 3 e 6)
- Os magos do Oriente desobedecendo às ordens diretas de Herodes (Mateus 2)
- Pedro e João escolhendo obedecer a Deus ao invés de obedecer aos homens (Atos 5)

O texto em Romanos 13 pode ser mais bem compreendido por uma apreciação do contexto histórico e sentido evidente através da Escritura e da experiência do que por uma interpretação sem grandes explicações, como muitos cristãos geralmente fazem.

1 Todos devem se sujeitar às autoridades governamentais, pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas.

O versículo 1 afirma que as autoridades são instituídas por Deus. A mensagem inicial de Paulo para os cristãos, contudo, não é que os Estados são especialmente instituídos da mesma maneira que a família e a igreja o são, mas que o Estado não está operando fora dos planos de Deus.

O que exatamente foi instituído por Deus?

Nesse sentido, o Estado é divinamente instituído da mesma forma que o Diabo é divinamente instituído. Deus não fica surpreso quando os Estados agem do jeito que agem. Como especificamente observado nos Evangelhos, o Estado é apresentado ao longo das Escrituras como estando intimamente ligado a Satanás e ao seu reino, e manifestamente em oposição ao Reino de Deus. O status do Estado dentro dos planos de Deus, em última instância, não legitima o mal que o Estado comete.

A submissão ao governo civil, então, é sempre reconhecida. O mandamento é para ser obedecido de um modo geral, mas, às vezes, iremos desobedecer a uma determinada política pública devido a uma convicção pessoal e bíblica. Os cristãos devem obedecer à maioria das políticas sempre que diretamente solicitados a fazê-lo, mas garantir uma atitude de conformidade com todas as políticas não é necessário.

Toda submissão é direcionada a ser expediente e prática em relação aos homens e a glorificar a Deus. Cobin explica que: "Qualquer problema de pecado por desobediência surge apenas quando a ação de alguém é imprudente, envolve má administração, exige a negligência dos deveres familiares ou desvia do propósito principal do crente na vida". (Christian Theology of Public Policy, 120).

2 Portanto, aquele que se rebela contra a autoridade está se colocando contra o que Deus instituiu, e aqueles que assim procedem trazem condenação sobre si mesmos. 3 Pois os governantes não devem ser temidos, a não ser pelos que praticam o mal. Você quer viver livre do medo da autoridade? Pratique o bem, e ela o enaltecera. 4 Pois é serva de Deus para o seu bem. Mas se você praticar o mal, tenha medo, pois

ela não porta a espada sem motivo. É serva de Deus, agente da justiça para punir quem pratica o mal.

Os versículos de 2-4 mostram que se você provoca o Estado, então você irá enfrentar ira, mas se você se comporta da forma como o Estado deseja, então ele ficará satisfeito. Em muitos aspectos, o que o Estado define como bom e mau pode ser muito diferente do que Deus define como bom e mau. Mas o que Paulo está dizendo aos crentes em Roma é que, se eles fizerem algo que o governo romano define como mau, então é provável que eles sejam punidos por isso.

Não podemos abstrair esse versículo do seu contexto cultural e torná-lo em uma exigência absoluta para todas as culturas de todos os tempos.

Fazê-lo seria colocar os cristãos sob um pesado jugo da política pública ruim. Não há nenhuma razão imprescindível para pensar que Paulo estava deliberadamente escrevendo a respeito de qualquer governante além daqueles do Império Romano do primeiro século.

Paulo conhecia muito bem o poder de Nero e do mal iminente que ele poderia causar aos cristãos em Roma – ele chama esse mal de “a espada” – e Paulo não quer que os crentes sejam perseguidos por qualquer outra coisa que não seja pelo nome de Cristo e por aquilo que esse nome representa. Paulo, contudo, lembra os cristãos romanos que até mesmo o terrível poder do Estado não está fora do poder de Deus. A mensagem do apóstolo para eles é a mesma que está em Romanos 8:28, a de que “*8 Sabemos que Deus age em todas as coisas para o bem daqueles que o amam, dos que foram chamados de acordo com o seu propósito*”. O Estado pode de fato ser uma forma de santificação da igreja do Senhor.

5 Portanto, é necessário sujeitar-se, não apenas por causa da ira, mas também por questão de consciência. 6 Por essa mesma razão, vocês também pagam impostos, pois as autoridades são servas de Deus, dedicadas a esse serviço. 7 Pagai a todos o que lhes é devido: imposto a quem imposto, tributo a quem tributo, respeito a quem respeito, honra a quem honra.

Os versículos de 5-7 expandem as razões para a submissão e acrescentam formas práticas segundo as quais os cristãos romanos poderiam responder à mensagem de Paulo. Cobin diz que “A razão pela qual devemos nos submeter ao governo é para evitar a ira ou a preocupação de sermos prejudicados pela autoridade estatal. Deus não quer que nos enredemos nas questões deste mundo a ponto que tais envolvimento nos desviem da nossa missão principal ([*Christian Theology of Public Policy*](#), 125).

Dar a César era um tributo, não um dízimo

A palavra 'consciência' no versículo 5 deveria ser interpretada de maneira similar como em 1 Coríntios 10 (no que diz respeito à comida sacrificada aos ídolos). Os crentes estavam preocupados que o Estado romano encontrasse um motivo legal para persegui-los. Não se pode usar esse versículo em um sentido absolutista para dizer que os cristãos jamais possam participar de um processo de remoção de qualquer autoridade, como na Revolução Americana. Paulo igualmente estimula os cristãos a "vencer o mal com o bem", conforme apresentado em Romanos 12:21 (isso inclui a autoridade má), e a trabalhar para ser livre tanto quanto possível (1 Coríntios 7:20-23).

Paulo também diz para se submeter ao pagamento de impostos pela mesma razão: evitar a ira do estado para viver para Deus. Alguém pode desprezar pagar impostos, mas para evitar a ira do estado, pagá-los. Da mesma forma, "pagar a todos o que lhes é devido" é um mandamento pelo mesmo propósito, especialmente considerando a tumultuada situação política da época. Mas isso significa que um homem peca se cometer um erro em sua declaração de imposto de renda federal? Paulo provavelmente responderia que não. Os impostos modernos são muito diferentes dos impostos romanos. Na verdade, a palavra grega para "impostos" no versículo 7 é mais precisamente traduzida como "tributo", que é especificamente o imposto per capita (ou "imposto de cabeça") em um censo municipal romano.

Os romanos enviavam soldados de casa em casa, contavam os moradores, calculavam o imposto, e exigiam pagamento completo e imediato. Se um cristão não atendesse imediatamente, então ele, sua família e possivelmente seus irmãos na fé estariam em um iminente e sério perigo. Paulo aconselha-os a não resistirem a esses homens quando eles fizessem isso, simplesmente paga-se o imposto. A recusa ao pagamento iria identificá-los como parte dos que se rebelam contra os impostos e dos caciques políticos da época, e daria aos romanos um motivo para perseguir os cristãos em Roma e possivelmente em todo o império. Paulo queria que os cristãos romanos evitassem se tornar espetáculos públicos e alvos do governo.

Como um princípio geral, os cristãos modernos deveriam agir da mesma forma quando uma ameaça da força do Estado estiver sobre eles, seja em relação aos impostos ou a outros aspectos. Entretanto, os impostos modernos com frequência não funcionam dessa maneira; tributos e tarifas não são formas culturalmente transcendentais de pagamento de impostos. Consequentemente, não se pode dizer que alguém esteja pecando se cometer um erro na declaração do imposto de renda. Cobin iria até mais longe ao dizer que alguns impostos podem ser completamente ignorados sem culpa ([***Christian Theology of Public Policy***](#), 129).

Os versículos da Bíblia sobre o governo não são declarações abrangentes.

Romanos 13 não é uma declaração geral e abstrata que exige submissão a todas as leis do Estado, em todos os lugares, em todas as circunstâncias, em todos os tempos. Nem é uma prescrição que indique qual forma particular de governo é sancionada por Deus ou como os Estados devem agir. O contexto e a formulação histórica exigem que sejamos cuidadosos quando se fala sobre como a submissão dos cristãos ao Estado deve se parecer.

A obediência cristã ao governo tem como propósito uma vida aconselhavelmente pacífica e que não traga desonra ao nome de Cristo. Nós não somos obrigados a seguir cada linha da política pública. Além do mais, não se deve esperar que sigamos qualquer lei que vá contra a lei de Deus. Se for para sermos perseguidos, deveria ser pelo nome de Cristo e por *aquilo* que esse nome representa, não por nos recusarmos a seguir alguma lei aleatória quando diretamente ameaçados por medidas estatais.

Concluindo, o desenvolvimento de uma teologia do Estado a partir do Novo Testamento é compreensivelmente difícil. Examinando os evangelhos, percebe-se que o Estado não está, de forma alguma, relacionado ao Reino de Deus, e que, de fato, o Estado fica ao lado do Diabo em oposição direta a Deus. O encontro com Jesus, da passagem "Dai a César", não legitima o Estado e não forma a base de uma interação dos cristãos com o governo. Finalmente, um entendimento completo de Romanos 13, levando em consideração o contexto apropriado, ajuda-nos a tomar melhores decisões dentro de qualquer autoridade estatal sob a qual nos encontremos.

Este artigo foi originalmente publicado no [Libertarian Christian Institute](#) e republicado no [Instituto Libertário Cristão](#).

[Retornar ao sumário](#)

A parábola dos talentos: a Bíblia, os empreendedores e a moralidade do lucro

A moralidade da livre iniciativa anda de mãos dadas à ética cristã

Robert Sirico

As parábolas de Jesus nos ensinam verdades eternas, mas também oferecem lições práticas inesperadas para as questões mundanas.

No Evangelho de Mateus ([Mt 25:14-30](#)), encontramos a parábola dos talentos de Jesus. Como todas as parábolas bíblicas, elas têm muitos níveis de significado. Sua essência se relaciona a como utilizamos o dom da graça de Deus. Com relação ao mundo material, trata-se de uma história sobre capital, investimento, empreendedorismo, e o uso adequado de recursos econômicos escassos. É uma refutação direta àqueles que veem uma contradição entre o sucesso dos negócios e a vivência da vida cristã.

A parábola

Um homem rico, prestes a iniciar uma longa viagem, chamou os seus três servos e lhes disse que eles seriam os guardiões de seus bens enquanto estivesse ausente. Após o mestre analisar as habilidades naturais de cada um, ele deu 5 talentos a um servo, 2 a outro, e 1 ao terceiro. Em seguida, partiu para sua viagem.

Os servos não perderam tempo e imediatamente adentraram o mundo do empreendimento e dos investimentos. Aquele que recebera cinco talentos empreendeu e ganhou outros cinco. Do mesmo modo, o que recebera dois ganhou outros dois. Mas o que havia recebido apenas um fez uma cova no chão e escondeu ali a propriedade do seu mestre.

Depois de muito tempo, o mestre retornou e foi acertar as contas com seus servos. O servo que havia recebido 5 talentos se apresentou. "Meu senhor", ele disse, "o senhor me confiou 5 talentos; veja, aqui estão mais cinco que eu consegui!".

"Muito bem, servo bom e fiel!" o mestre respondeu. "Já que foste fiel no pouco, confiar-te-ei o muito; entra no gozo do teu senhor!"

Em seguida, o servo que havia recebido 2 talentos se aproximou do mestre. "Meu senhor", disse, "o senhor me confiou 2 talentos; veja, obtive mais dois!" O mestre disse: "Muito bem, servo bom e fiel, já que foste fiel no pouco, confiar-te-ei o muito, entra no gozo do teu senhor".

Finalmente, aquele que havia recebido 1 talento se aproximou de seu mestre. "Meu senhor", disse, "eu soube que és um homem severo, ceifas onde não semeaste e recolhes onde não joeiraste; e, atemorizado, fui esconder o teu talento na terra; aqui tens o que é teu!".

A resposta do mestre foi rápida e severa: "Servo mau e preguiçoso! Se sabias que ceifo onde não semei e que recolho onde não joeirei, devias, então, ter entregado o meu dinheiro aos banqueiros e, ao meu retorno, teria recebido o que é meu com juros".

O mestre ordenou que o talento fosse tomado do servo preguiçoso e dado àquele que tinha dez talentos: "Tirai-lhe, pois, o talento e dai-o ao que tem os dez talentos; porque a todo o que tem, dar-se-lhe-á, e terá em abundância; mas ao que não tem, até o que tem ser-lhe-á tirado. Lançai o servo inútil nas trevas exteriores; ali haverá o choro e o ranger de dentes!"

Essa não é a história que frequentemente ouvimos nos púlpitos e sermões. Nossos tempos ainda exaltam uma ética socialista na qual o lucro é suspeito, e o empreendedorismo é visto com suspeita e desagrado. Porém, a história apresenta um significado ético facilmente perceptível, e apresenta lições profundas que ajudam a compreender qual é a responsabilidade humana na vida econômica.

Uma análise mais atenta

Nessa parábola, a palavra "talento" possui dois significados. É uma unidade monetária: era a mais utilizada da época. O estudioso bíblico John R. Donovan relata que um único talento era equivalente ao salário de 15 anos de um trabalhador comum. Portanto, sabemos que a quantia dada a cada servo era considerável.

Se interpretarmos de uma forma mais ampla, os talentos se referem a todos os dons que Deus nos deu. Essa definição abarca todos os dons -- naturais, espirituais e materiais. Inclui, também, nossas habilidades e recursos naturais -- saúde e educação --, bem como nossas posses, dinheiro e oportunidades.

Uma das lições mais simples dessa parábola é que não é imoral lucrar por meio do uso de nossos recursos, inteligência e trabalho. A

alternativa ao lucro é o prejuízo; e a perda de riqueza, especialmente por falta de iniciativa, certamente não constitui uma boa e sensata administração.

A parábola existente no Evangelho de São Mateus pressupõe uma compreensão básica da correta administração do dinheiro. De acordo com a lei rabínica, o ato de enterrar o dinheiro era considerado a forma mais segura contra o roubo. Se a uma pessoa fosse confiada uma quantia em dinheiro e ela o enterrasse tão logo estivesse em seu poder, ela estaria livre da culpa se algo acontecesse com ele. O oposto era verdade se o dinheiro fosse enrolado em um pano. Nesse caso, a pessoa era responsável por cobrir qualquer perda (prejuízo) incorrida devido à má administração do depósito que lhe foi confiado.

Ainda nessa história, o mestre inverte o entendimento da lei rabínica. Ele considerou enterrar o talento -- ficando elas por elas -- como um prejuízo, pois ele pensava que o capital deveria receber uma taxa de retorno razoável. De acordo com esse entendimento, tempo é dinheiro (ou juros).

A parábola também contém uma lição crítica sobre como devemos utilizar as habilidades e recursos dados por Deus. No livro de Gênesis, Deus deu a Adão a Terra à qual ele deveria misturar seu trabalho para seu próprio uso. Na parábola, de forma similar, o mestre esperava que seus servos buscassem ganhos materiais. Em vez de preservar passivamente o que lhes tinha sido dado, o mestre esperava que investissem o dinheiro. O mestre ficou furioso diante da timidez do servo que tinha recebido um talento. Deus nos ordena a utilizar nossos talentos para fins produtivos. A parábola enfatiza a necessidade do trabalho e da criatividade, e condena a preguiça.

A busca por segurança

Ao longo da história, as pessoas tentaram construir instituições que assegurassem uma segurança perfeita, como o servo fracassado tentou. Tais esforços variam dos estados de bem-estar greco-romanos, passando pelo totalitarismo soviético em grande escala, até as comunidades luditas da década de 1960.

De tempos em tempos, esses esforços foram adotados como soluções cristãs para inseguranças futuras. Ainda assim, na Parábola dos Talentos, a coragem frente a um futuro incerto é recompensada no primeiro servo, que recebeu mais. Ele havia empreendido os 5 talentos, e ao fazê-lo, obteve mais 5. Teria sido mais seguro para o servo investir o dinheiro no banco para obter juros. Pela fé que demonstrou, foi-lhe

permitido manter os 5 iniciais mais os 5 que havia recebido, compartilhando da alegria do mestre.

Isso implica uma obrigação moral de confrontar a incerteza de maneira empreendedora. E ninguém o faz melhor que o empreendedor. Muito antes de saber se haverá retorno aos seus investimentos ou ideias, ele arrisca seu tempo e sua propriedade. Ele tem de pagar os salários de seus empregados muito antes de saber se o seu empreendimento terá algum retorno. Ele incorre em gastos muito antes de saber se previu os eventos futuros de forma acurada. Ele vê o futuro com esperança, coragem e um senso de oportunidade. Ao criar novos negócios, ele oferece alternativas para os trabalhadores, que agora podem optar por receber um salário e desenvolver suas habilidades.

Por que, então, os empreendedores são frequentemente punidos como maus servos de Deus?

Muitos líderes religiosos falam e agem como se o uso dos talentos e recursos naturais dos empresários em busca do lucro fosse imoral, uma noção que deveria ser descartada à luz da Parábola dos Talentos. O servo preguiçoso poderia ter evitado seu destino sombrio ao ser mais empreendedor. Se houvesse feito um esforço para empreender o dinheiro do seu mestre e retornado com prejuízos, ele não teria sido tratado tão mal, pois ao menos teria trabalhado em nome do seu mestre.

Empreendedorismo e ganância

A religião deve reconhecer o empreendedorismo pelo que ele é: uma vocação.

A capacidade de sucesso nos negócios, na bolsa de valores ou em um banco de investimentos é um talento. Como outros dons, não deveriam ser desperdiçados, mas usados em sua plenitude para a glória de Deus. Críticos ligam o capitalismo à ganância, mas a natureza fundamental da vocação empresarial é se concentrar nas necessidades dos consumidores e se esforçar para satisfazê-las. Para ter sucesso, o empreendedor tem de servir aos outros.

A ganância se torna um risco espiritual -- que ameaça a todos nós, independentemente de nossa riqueza ou vocação -- quando passa a haver um desejo excessivo ou insaciável por ganhos materiais, independentemente de nossa condição financeira. O desejo se torna excessivo quando, nas profundezas do seu ser, ele supera as preocupações morais e espirituais.

Mas a parábola deixa claro que a riqueza por si só não é injusta -- pois o primeiro servo recebeu mais do que o segundo e o terceiro. E quando o lucro é o objetivo a ser alcançado pelo uso do talento empresarial, isso não configura ganância. É apenas o uso apropriado do dom.

Além de condenar o lucro, os líderes religiosos frequentemente favorecem diversas variedades de igualdade social e redistribuição de renda. Sistema de saúde universal, maiores gastos com políticas assistencialistas, e tributação pesada sobre os ricos são todos promovidos em nome da ética cristã. O objetivo supremo de tais políticas é a igualdade, como se as desigualdades inatas que existem entre as pessoas fossem, de alguma forma, inerentemente injustas.

E não é assim que Jesus se posiciona na Parábola dos Talentos. O mestre confiou talentos a cada um de seus servos de acordo com suas respectivas habilidades e capacidades. Um recebeu 5, enquanto outro recebeu somente 1. Aquele que recebeu menos não recebe compaixão do mestre pela sua falta de recursos em comparação ao que seus outros colegas receberam.

Podemos inferir dessa parábola que a igualdade de renda ou a realocação de recursos não é uma questão moral fundamental. Os talentos e matérias-primas que cada um de nós tem não são inerentemente injustos; sempre existirão desigualdades desenfreadas entre as pessoas. Um sistema moral é aquele que reconhece tal fato e permite que cada pessoa utilize seus talentos em sua plenitude. Todos nós temos a responsabilidade de empregar as capacidades e habilidades das quais fomos dotados.

Também podemos aplicar a lição dessa parábola às nossas políticas sociais. No sistema vigente, o salário do trabalhador é tributado para pagar os benefícios daqueles que não trabalham.

Frequentemente ouvimos que "não existem empregos" para a grande maioria dos pobres. No entanto, sempre existe trabalho a ser feito. A necessidade de trabalho é, por definição, infinita. Um homem com duas mãos saudáveis pode encontrar trabalho que pague \$1 por hora. Em tese, ele deveria decidir se trabalhar ou não. No entanto, é o governo quem decide se ele pode ou não aceitar tal valor. Por isso, nosso sistema de bem-estar desencoraja o trabalho. Além de o governo proibir aqueles que aceitariam trabalhar por menos que o salário-mínimo, ele também cria um incentivo perverso para se recorrer ao assistencialismo: ninguém aceitará um trabalho que pague pelo menos o mesmo que o seguro-desemprego.

Deus ordena que todas as pessoas utilizem seus talentos; todavia, em nome da caridade, nosso sistema assistencialista encoraja as pessoas

a deixarem que suas habilidades naturais atrofiem, ou que nem mesmo as venham a descobrir. Dessa maneira, estimula-se o pecado.

A Parábola dos Talentos implica que a inatividade - ou o desperdício de talento empresarial - incita a ira de Deus. Afinal, o servente mais baixo não havia desperdiçado o talento; ele simplesmente o havia enterrado: algo que era permissível (aceitável) pela lei rabínica. A rapidez da reação do mestre surpreende. Ele o chama de "mau e preguiçoso" e o expulsa para sempre de sua convivência.

Aparentemente, não é somente a preguiça do servo que motiva tanta ira. Ele não mostrou nenhum arrependimento, e ainda culpou seu mestre pela sua timidez (incompetência). Sua desculpa para não investir o dinheiro é que ele considerava o seu mestre duro e exigente, embora a ele houvessem sido confiados recursos generosos. Por medo do fracasso, ele se recusou até mesmo a tentar ter sucesso.

Essa parábola também nos ensina algo sobre macroeconomia. O mestre seguiu viagem deixando o total de 8 talentos; ao retornar, os 8 haviam se transformado em 15. A parábola não é a história de um jogo de soma zero. O ganho de uma pessoa não ocorre à custa de outrem. O empreendimento exitoso do primeiro serve não prejudica as possibilidades do terceiro servo. O mesmo se aplica à economia atual. Ao contrário do que é normalmente pregado do púlpito, o sucesso dos ricos não vem à custa dos pobres.

Se por se tornar rico o servo mais bem sucedido tivesse prejudicado a outrem, o mestre não o teria elogiado. O uso sábio dos recursos em investimentos não somente é correto do ponto de vista individual, como também ajuda as outras pessoas. Uma onda que sobe levanta todos os barcos. Da mesma forma, a riqueza do mundo desenvolvido não ocorre nas costas das nações em desenvolvimento. A Parábola dos Talentos implica uma sociedade livre e aberta.

Cristãos de esquerda normalmente recorrem às palavras de Jesus em [Mateus 19:24](#): "Como é difícil entrar no Reino de Deus. É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus". Seus discípulos foram tomados de surpresa, e se perguntaram: quem poderia ser salvo, então? Jesus acalmou seus medos: "para um homem é impossível, mas não para Deus, porque para Deus todas as coisas são possíveis".

Isso não significa que nosso sucesso material nos afastará do paraíso; implica, isso sim, a necessidade de levarmos uma vida moralmente, a qual deve estar acima de qualquer preocupação com bens materiais. Nossa preocupação para com Deus deve ser a mesma que os servos tiveram com relação aos interesses do seu mestre enquanto buscavam o lucro. Permanece verdade que, não obstante todas as nossas posses

e feitos terrenos, dependemos completamente de Deus para alcançarmos a salvação.

No entanto, para a condução da economia, dependemos fortemente do empreendedorismo, do investimento, da tomada de risco e da expansão da riqueza e da prosperidade. Deveríamos ser mais críticos quanto à maneira como nossa cultura trata o empreendedorismo. As revistas de negócios estão repletas de histórias de sucesso. O herói é frequentemente o empreendedor corajoso, visionário e alegre, que se assemelha ao servo capaz que recebeu 5 talentos. Contudo, ao mesmo tempo, a fé religiosa popular continua a louvar e promover o comportamento endêmico do servo preguiçoso que foi expulso do convívio do mestre.

Conclusão

O cristianismo é frequentemente culpado pelo fracasso dos projetos socialistas ao redor do mundo. E, em muitos casos, cristãos desinformados participaram da construção desses tipos de projetos. A lição da Parábola dos Talentos precisa ser mais bem entendida. O sonho socialista é imoral. Ele simplesmente institucionaliza o comportamento condenável do servo preguiçoso.

Onde Deus recomenda a ação criativa, o socialismo encoraja a preguiça. Onde Ele demanda fé e esperança no futuro, o socialismo promete uma falsa forma de segurança. Ao passo que a Parábola dos Talentos sugere a superioridade moral da livre iniciativa, do investimento e do lucro, o socialismo a nega.

Todas as pessoas de fé deveriam trabalhar tenazmente para acabar com a divergência entre religião e economia. Essa parábola de Jesus é um bom ponto para se começar a incorporar a moralidade do livre mercado e da livre iniciativa à ética cristã.

Este artigo foi originalmente publicado na [Foundation for Economic Education](#) e republicado no [Mises Brasil](#).

[Retornar ao sumário](#)

10 motivos por que o Cristianismo e o Libertarianismo são compatíveis

Norman Horn

Em 2021, na [Conferência Internacional dos Estudantes pela Liberdade](#), em Washington, D.C., Elise Amyx, do [Instituto pela Fé, Trabalho e Economia](#) (TIFWE), organizou um painel sobre libertarianismo e cristianismo. Incrivelmente esse evento teve cobertura até mesmo do [Christian Post](#). O *Acton Institute* também [escreveu](#) sobre o evento. Tive o prazer de estar presente à conferência e de participar da discussão.

Os debatedores apresentaram excelentes motivos que explicam por que o libertarianismo e o cristianismo são compatíveis.

1. O cristianismo celebra a ação voluntária e a geração de valor. Citando o *Christian Post*:

Jacqueline Otto Isaacs, blogueira do Values & Capitalism, explicou que a visão de mundo cristã também apoia o libertarianismo. “A mensagem do Evangelho, a boa nova, é a de que a salvação dos nossos pecados nos é oferecida por Cristo — essa salvação é voluntária e individual, e essa é a mensagem fundamental do cristianismo”, disse Isaacs.

2. O governo não resolve o problema da pobreza. Os debatedores explicaram que, mesmo ignorando o fato de que governos devem *roubar* recursos a fim de parecerem “caridosos”, o livre mercado ainda é a melhor forma de resolver o problema da pobreza.

3. O papel bíblico do governo é bastante limitado. Eles citaram 1 Samuel 7 como exemplo do que acontece quando o governo foge ao controle. Além disso, disse o *Christian Post*:

[Jason] Hughey então usou como argumento o evangelho de Marcos, no qual Cristo descreve o que é servir aos outros. “Acho muito interessante o fato de que o modelo de servidão que Cristo usa para a igreja vai na direção oposta à forma como as autoridades políticas governam e controlam os outros”, disse o palestrante.

4. O assistencialismo prejudica a caridade cristã. O *Acton Institute* disse:

Os debatedores argumentaram que o modelo cristão de caridade é algo pessoal e, quando o governo se intromete, essa relação pessoal entre as pessoas se rompe. A redistribuição de bens por parte do governo também enfatiza a sensação de que a pessoa tem direito a tudo isso, ideia para a qual o cristianismo não dá tanta importância.

5. A riqueza não é inerentemente um pecado. Leah Hughey disse que há vários indivíduos ricos admiráveis na Bíblia, admiráveis não por causa de sua riqueza, e sim por causa do seu caráter. Nem Jesus estava interessado em atacar os ricos, preferindo se ater aos problemas mais profundos que todo ser humano enfrenta.

6. O cristianismo afirma a ênfase libertária à propriedade privada. A teoria libertária dos direitos de propriedade privada talvez seja o traço mais notável do libertarianismo. Ainda que você não possa encontrar uma narrativa bíblica explícita a explicar completamente essa teoria, você pode encontrar seguidos exemplos de como a propriedade privada e a autopropriedade são fundamentais para o tipo de mundo que Deus quer. Até mesmo a objeção clássica do “possuir coisas em comum”, contida em Atos, *pressupõe* a propriedade privada e a contribuição voluntária dessa propriedade.

7. O Deus da Bíblia está ao lado daqueles que são oprimidos pelo governo. O povo de Israel era escravo e era chamado de “o menos privilegiado dos povos”, mas ainda assim Deus escolheu resgatá-los e transformá-los numa bênção para todos os homens. Uma das principais narrativas de todas as Escrituras é a de que há *boas novas* para os *menos privilegiados*, sobretudo para os oprimidos e subjugados por aqueles que ocupam o poder.

8. A Bíblia, do começo ao fim, retrata o Estado como um inimigo de Deus e um veículo do mal. A [história da Torre de Babel](#) é nossa origem teológica do Estado, Jesus Cristo [é tentado com o poder estatal](#) e seu destino final é retratado em Apocalipse. Em nenhum lugar na Bíblia há aprovação para o estatismo e a violência institucionalizada.

9. O cristianismo diz que todos os homens são iguais sob a lei moral. Todos são responsáveis da mesma forma e ninguém tem salvo-conduto porque usa um uniforme ou tem o privilégio de ser chamado de “Excelência” ou “Rei” ou “Presidente” antes do nome. No mais, aqueles que detém o poder são julgados com *mais* rigidez e Deus não aceita o “Eu fiz o mal para que eu pudesse fazer o bem” como justificativa.

10. O cristianismo reconhece que você não pode moralizar o povo por meio da institucionalização da força. Como disse Ron Paul, “a lei não pode tornar virtuosa uma pessoa má (...). Somente a Graça de Deus é capaz disso”. O estilo de vida cristão não permite que ele *use a força* contra os outros para que eles se adequem; o cristão deve exibir um poder ainda maior por meio da servidão que é uma demonstração do amor de Deus. Chamamos isso de *submissão* e acreditamos que é assim que Deus trabalha conosco.

Em conclusão, reflita sobre essas palavras de [Jacques Ellul](#):

Mas por que liberdade? Se aceitamos que Deus é amor e que os seres humanos é que reagem a esse amor, a explicação é simples. O amor não pode ser imposto, ordenado ou tornado obrigatório. Ele é necessariamente livre. Se Deus liberta, é porque ele espera que acabemos por conhecê-Lo e amá-Lo. Ele não pode nos guiar se nos aterrorizar.

Então, [um cristão pode ser libertário](#)? Claro! O libertarianismo é, na verdade, a melhor posição política para um cristão. O libertarianismo cristão não tem a ver com votar da forma certa ou explicar todos os detalhes das políticas públicas, e sim com transformar profundamente nossa visão do poder e das instituições que o usam.

Este artigo foi originalmente publicado no [Libertarian Christian Institute](#) e republicado no [Instituto Libertário Cristão](#).

[Retornar ao sumário](#)

Religião e libertarianismo

Walter Block

A relação entre libertarianismo e religião é longa, antiga e tormentosa.

É inegável que Ayn Rand teve uma duradoura, forte e profunda relação com o libertarianismo. Embora ela nos rejeitasse e nos tratasse como "hippies da direita", muitos de nós ainda somos fascinados com ela, inspirados por ela e em dívida para com ela por ter nos apresentado a defesa moral da livre iniciativa. Eu certamente me incluo nessa categoria.

Uma das mais fortes influências que ela teve sobre o movimento libertário foi o seu ateísmo beligerante. Para muitos seguidores da filosofia da liberdade, uma agressiva rejeição a Deus e a todas as coisas religiosas pode perfeitamente ser vista como um axioma básico dessa visão de mundo. Confesso que essa também foi a minha posição nesse assunto durante muitos anos. Essa era também a posição de um rico e potencial doador do Mises Institute, o qual teria contribuído fartamente caso o Instituto mudasse sua visão em relação a esse assunto e passasse a adotar uma postura agressivamente contrária a todas as religiões. Felizmente, Lew Rockwell se recusou a desvirtuar a missão de seu Instituto em relação a esse quesito, e ficou sem a doação. Embora seja ele próprio um católico devoto, Rockwell se manteve fiel aos seus princípios: o Mises Institute continuaria envolvido nos estudos da ciência econômica e da liberdade, e nada teria contra qualquer religião em absoluto.

O que fez com que eu mudasse minha postura? Por que continuo hoje sendo tão ateu quanto sempre fui, porém, ao mesmo tempo, um amigo e defensor da religião? Nada tem a ver com o fato de que, dos últimos 19 anos, passei 15 deles sendo empregado por instituições jesuítas católicas. Fui professor do [College of the Holy Cross](#) de 1991 a 1997 e, desde 2001, sou professor da [Universidade Loyola](#) em Nova Orleans.

Para alguns, aqueles ainda encantados com a visão randiana acerca de religião e liberdade, já é ruim o suficiente que um libertário tenha uma visão positiva sobre a religião. Para a maioria, pode parecer uma total contradição lógica um ateu como eu ser um grande defensor e até mesmo um admirador da religião. Permita-me explicar tudo.

Nesse assunto em especial, sou guiado pelo aforismo "o inimigo do meu inimigo é meu amigo". Embora tal raciocínio nem sempre seja verdadeiro, nesse caso em específico creio que seja.

Assim, qual instituição é a maior inimiga da liberdade humana? Só pode haver uma resposta: o estado em geral; e, em particular, a versão totalitária deste. Talvez não haja melhor exemplo de tal governo do que a URSS e seus principais ditadores, Lênin e Stalin (embora a supremacia em termos de números absolutos de inocentes assassinados pertença à China de Mao). Podemos em seguida perguntar: quais instituições esses dois respeitáveis russos escolheram para o opróbrio? Em primeiro lugar, a religião. Em segundo lugar, a família. Não foi nenhuma coincidência os soviéticos terem aprovado leis que premiavam os filhos que delatassem os pais por atividades anticomunistas. Certamente não há melhor maneira de destruir uma família do que por meio dessa política diabólica. E como eles tratavam a religião? Essa é uma pergunta meramente retórica: a religião foi transformada no inimigo público número um, e seus praticantes foram cruelmente caçados e exterminados.

Por que escolheram a religião e a família? Porque ambas são as principais concorrentes do estado na busca pela lealdade e obediência das pessoas. Os comunistas estavam totalmente corretos -- se formos nos basear em suas próprias perspectivas diabólicas -- em centrar sua artilharia sobre essas duas instituições. Todas as pessoas que são inimigas de um estado intrusivo, portanto, fariam bem em abraçar a religião e a família como seus principais amigos, sejam essas pessoas ateias ou não, pais ou não.

A principal razão por que a religião é um contínuo e eterno incômodo para os líderes seculares advém do fato de que essa instituição define a autoridade moral independentemente do poder dessa gente. Todas as outras organizações da sociedade (com a possível exceção da família) veem o estado como a fonte suprema das sanções éticas. Não obstante o fato de que alguns líderes religiosos de fato já se ajoelharam perante oficiais de governo, existe uma hostilidade natural e básica entre essas duas fontes de autoridade. O papa e outros líderes religiosos podem não ter nenhum regimento de soldados, mas eles têm algo que falta aos presidentes e primeiros-ministros, para grande desespero destes.

Eis aí minha posição. Eu rejeito a religião, todas as religiões, pois, como ateu, não estou convencido da existência de Deus. Aliás, vou mais fundo. Sequer sou agnóstico: estou convencido da não-existência Dele. Entretanto, como um animal político, eu entusiasticamente abraço essa instituição. Trata-se de um baluarte contra o totalitarismo. Aquele que deseja se opor às depredações do estado não poderá fazê-lo sem o apoio da religião. A oposição à religião, mesmo se baseada em fundamentos intelectuais e não almejada como uma posição política, ainda assim equivale a um apoio prático ao estado.

Mas e quanto ao fato de que a maioria das religiões, senão todas, apoia a existência do estado? Não importa. Apesar de que algumas religiões organizadas podem frequentemente ser vistas como defensoras do estatismo, o fato é que esses dois ditadores, Lênin e Stalin, já haviam entendido tudo: não obstante o fato de pessoas religiosas frequentemente apoiarem o governo, essas duas instituições, estatismo e religião, são, no fundo, inimigas. "Concordo" com Lênin e Stalin nesse quesito. Estritamente do ponto de vista deles, ambos estavam totalmente corretos ao suprimirem brutalmente as práticas religiosas. Isso faz com que seja ainda mais importante que todos nós libertários, ateus ou não, apoiemos aqueles que adoram a Deus. O inimigo do meu inimigo é meu amigo.

Bem sei que, nesse ponto, muitos ateus irão energicamente protestar apontando para o fato de que inúmeras pessoas inocentes foram assassinadas em nome da religião. É verdade. Infelizmente, é muito verdade. Entretanto, seria válido colocarmos um pouco de perspectiva nessa conjuntura. Quantas pessoas foram mortas por excessos religiosos, tais como a Inquisição? Embora as estimativas variem amplamente, as melhores dão conta de que o número de mortes ocorridas durante essa triste época, a qual durou vários séculos, está entre 3.000 e 10.000. Alguns especialistas garantem números ainda mais baixos, como 2.000.

É claro que estamos falando de seres humanos assassinados, e cada assassinato deve ser lamentado; porém, se considerarmos apenas as magnitudes relativas, podemos positivamente dizer que tais números são completamente insignificantes quando comparados à devastação infligida à raça humana pelos governos. De acordo com as melhores estimativas (ver [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)), as vítimas do estatismo apenas no século XX se aproximam do ultrajante marco de 200 milhões. Não, não houve erro tipográfico. 200 milhões de cadáveres produzidos diretamente pelo estado! Querer comparar algumas milhares de mortes injustificáveis produzidas pela religião com várias centenas de milhões produzidas pelo estado é algo totalmente desarrazoado. Sim, o assassinato de uma única pessoa é deplorável. Porém, se quisermos comparar religião e governo, devemos ter em mente essas diferenças astronômicas.

Eis uma lista de pessoas devotamente religiosas que eu conheço pessoalmente e que fizeram grandes contribuições para a causa da liberdade:

William Anderson, Peter Boettke, [Art Carden](#), Stephen W. Carson, Alejandro Chafuen, Paul Cwik, Gary Galles, Jeff Herbener, [Jörg Guido Hülsmann](#), Rabino Israel, [Robert Murphy](#), [Gary North](#), [Ron Paul](#), Shawn Rittenour, [Lew Rockwell](#), Joann Rothbard, [Hans Sennholz](#), Edward Stringham, Timothy Terrell, David Theroux, [Jeff Tucker](#), [Laurence](#)

[Vance, Tom Woods](#), Steven Yates., Robert Murphy, Gary North, Ron Paul, Shawn Rittenour, [Lew Rockwell](#), Joann Rothbard, Hans Sennholz, Edward Stringham, Timothy Terrell, David Theroux, Jeff Tucker, Laurence Vance, Tom Woods, Steven Yates.

E não podemos também deixar de mencionar a Escola de Salamanca, povoada e divulgada, principalmente, por padres como estes: **Dominicanos**: Francisco de Vitoria, 1485--1546; Domingo de Soto, 1494--1560; Juan de Medina, 1490--1546; Martin de Azpilcueta (Navarrus), 1493--1586; Diego de Covarrubias y Leiva, 1512--1577; Tomas de Mercado, 1530--1576. **Jesuítas**: Luis Molina (Molineus), 1535--1600; Cardeal Juan de Lugo, 1583--1660; Leonard de Leys (Lessius), 1554--1623; Juan de Mariana, 1536--1624.

Essa escola de pensamento é genuinamente nossa predecessora moral e intelectual. Para a contribuição da Escola de Salamanca para o movimento austro-libertário, ver aqui, aqui, aqui, aqui e aqui.

Já é hora - aliás, já passou da hora - de o movimento austro-libertário rejeitar a virulenta oposição randiana à religião. Sim, Ayn Rand fez grandes contribuições para os nossos esforços. Não precisamos agir precipitadamente; não precisamos jogar fora o bebê junto com a água da banheira. Mas é certo que o sentimento anti-religião pertence a essa última atitude, e não à primeira.

As opiniões acima expressadas são consistentes com o ponto de vista do meu eterno mentor, Murray Rothbard. Esse brilhante erudito, que frequentemente era chamado de "Senhor Libertário", justamente por representar a epítome do libertarianismo, era uma pessoa extremamente favorável à religião, sendo especialmente pró-catolicismo. Ele atribuía os conceitos do individualismo e da liberdade (bem como quase tudo de positivo que havia na civilização ocidental) ao cristianismo, e argumentava com veemência que, enquanto os libertários fizessem do ódio à religião um princípio básico de organização, eles não chegariam a lugar algum, dado que a vasta maioria das pessoas em todas as épocas e lugares sempre foi religiosa.

Este artigo foi publicado no [Mises Brasil](#).

[Retornar ao sumário](#)

Não, Jesus não era socialista

Lawrence Reed

A afirmação de que Jesus Cristo era socialista se tornou um refrão comum entre os progressistas e até mesmo entre alguns cuja fé é, na melhor das hipóteses, morna. Mas há alguma verdade nisso?

A pergunta não pode ser respondida sem uma definição clara do que é o socialismo. Há um século, o socialismo era definido como a tomada, pelo governo, dos meios de produção. Jesus jamais sugeriu qualquer coisa parecida nem apoiou isso. Mas a definição de socialismo mudou ao longo do tempo. Depois que as críticas de economistas como Ludwig von Mises, F. A. Hayek e Milton Friedman acabaram com qualquer defesa intelectual do socialismo original e a realidade provou que eles estavam certos, os socialistas passaram a usar outra definição: o planejamento centralizado da economia.

Quem vasculhar o Novo Testamento não vai encontrar nenhuma palavra de Jesus pedindo que se dê poder aos políticos e burocratas para que eles distribuam recursos, escolham os vencedores e perdedores, digam aos empresários como administrar seus negócios, imponham salários mínimos e preços máximos, estimulem a sindicalização dos trabalhadores ou paguem impostos. Quando os fariseus tentaram manipular Jesus de Nazaré a fim de que ele apoiasse a sonegação de impostos, ele inteligentemente deixou para os outros decidirem o que pertence ao estado, dizendo: "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus".

Ainda assim, uma das acusações que levou Jesus à crucificação foi mesmo a sonegação de impostos.

Mudando a definição

Com a reputação dos que defendem a economia centralizada no lixo em todo o mundo, os socialistas passaram a dar uma nova ênfase ao termo: o estado de bem-estar social. O socialismo de Bernie Sanders e de sua aliada, a jovem Alexandria Ocasio-Cortez, diz respeito ao estado-babá benevolente e igualitário, no qual se cobre um santo para descobrir outro. Ele se caracteriza por várias "coisas grátis" dadas pelo governo — coisas que, claro, não são nada grátis. Pelo contrário, elas são bastante caras, tanto em termos de custos burocráticos quanto na dependência desmoralizante que ele gera entre os beneficiários. Era isso o que Jesus tinha em mente?

Duvido. Sim, em meio às festas de fim de ano, é oportuno pensar na ajuda aos pobres. Afinal, essa era uma parte muito importante da mensagem de Jesus. Como essa ajuda é dada, contudo, é uma questão mais importante.

As Escrituras dizem para os cristãos amarem, orarem, serem caridosos, servirem, perdoarem, serem fiéis, adorarem a Deus e aprenderem e amadurecerem em espírito e caráter. Todas essas coisas são muito pessoais. Elas não requerem políticos, medidas públicas, burocratas, partidos ou programas governamentais.

“Os pobres estarão sempre com vocês, e vocês podem ajudá-los sempre que quiserem”, diz Jesus em Mateus 26:11 e Marcos 14:7. As palavras-chave aqui são “podem” e “quiserem”. Ele não diz: “Vamos obrigá-los a ajudar, querendo ou não”.

Em Lucas 12:13-15, Jesus ouve um pedido de partilha. “Mestre, dize a meu irmão que reparta comigo a herança”, pede um homem. Ao que Jesus responde: “Homem, quem me pôs a mim por juiz ou repartidor entre vós?”. Daí ele repreende o homem por sua inveja.

O cristianismo não tem a ver com dar dinheiro ao governo quando se trata de amenizar o sofrimento dos pobres. Cuidar deles, o que significa ajudá-los a superar a pobreza, e não pagar para que eles permaneçam pobres, tornando-os dependentes do estado, é um fato essencial na vida do verdadeiro cristão há mais de 2.000 anos. A caridade cristã, voluntária e sincera, é algo bem diferente das ordens obrigatórias e impessoais do estado.

O que dizem as Escrituras?

Mas não acredite só em mim. Pense no que o Apóstolo Paulo diz em 2 Coríntios 9:7: “Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza, ou por necessidade; porque Deus ama ao que dá com alegria”.

Já na Parábola do Bom Samaritano, o viajante é considerado “bom” porque ajuda um moribundo à beira da estrada com seu tempo e recursos. Se em vez disso ele tivesse dito para o pobre coitado esperar pela ajuda do governo, provavelmente o conheceríamos hoje como “O Inútil Samaritano”.

Jesus claramente considerava a compaixão um valor necessário, mas não conheço nenhuma passagem do Novo Testamento que sugira que a compaixão é um valor a ser imposto pela força ou ameaça – em outras palavras, por políticas socialistas.

Os socialistas gostam de dizer que Jesus desprezava os ricos, citando dois momentos específicos: a expulsão dos vendilhões do Templo e a fala de que é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino do Céu. No primeiro caso, Jesus estava furioso com a violação da casa de Deus. Na verdade, ele nunca expulsou um comerciante de um banco ou mercado. No segundo, ele estava alertando para o perigo das tentações que acompanham as grandes riquezas.

Esses são alertas contra a escolha equivocada das prioridades, e não mensagens da luta de classes.

Gerar riqueza – e não redistribuí-la – é uma virtude

Na Parábola dos Talentos, Jesus fala de um homem dá toda a sua riqueza a três servos por algum tempo. Quando ele volta, fica sabendo que um dos servos cuidou da sua parte enterrando-a, outro pôs o dinheiro para circular e o multiplicou e o terceiro investiu e teve o maior retorno de todos. Quem é o herói dessa parábola? O terceiro homem, que gerou riqueza. O primeiro é repreendido e sua parte é tirada e dada ao terceiro.

Isso não parece socialismo, não é?

Da mesma forma, na Parábola dos Trabalhadores na Vinha, a história defende virtudes capitalistas, não socialistas. Quando alguns trabalhadores reclamam que outros ganham mais, o patrão defende o direito ao contrato voluntário, à propriedade privada e a lei da oferta e demanda.

Na época do Natal e ao longo de todo o ano, Jesus quer que sejamos generosos na ajuda aos necessitados. Mas, se você acha que isso quer dizer que os políticos têm de agir com poder de polícia a um custo duas vezes maior e com metade da eficiência da caridade privada, você não está lendo o mesmo Novo Testamento que eu.

Este artigo foi originalmente publicado na [Foundation for Economic Education](#) e republicado no [Instituto Libertário Cristão](#).

[Retornar ao sumário](#)